

DIÁLOGO GLOBAL

7.4

4 edições por ano em 17 idiomas

Uma conversa com
Kari Polanyi Levitt

A natureza do
Trumpismo

Defendendo a sociologia
na Argentina

Peter Evans,
Raka Ray,
Cristina Mora,
Ruth Milkman,
Dylan Riley,
Cihan Tügal,
Gay Seidman

Juan Piovani,
Fernanda Beigel,
Alejandro Grimson,
Agustín Salvia,
Berenice Rubio,
Gabriel Kessler

Colunas Especiais

- > Lembrando de Ali Shariati
- > A edição chinesa do *Diálogo Global*

REVISTA



VOLUME 7 / EDIÇÃO 4 / DEZEMBRO 2017
<http://isa-global-dialogue.net>

DG

International
Sociological
Association
isa



Uma breve história do *Diálogo Global*

O *Diálogo Global* começou em 2010 como um boletim de oito páginas. Em seu início, trabalhava apenas com quatro idiomas – inglês, francês, espanhol e chinês –, e era produzido com um programa simples da *Microsoft*, envolvendo o trabalho de quatro pessoas. Sete anos depois, tornou-se uma revista completa, com quatro números anuais, cada qual com 40 páginas, publicada em dezessete idiomas. Cada uma das edições envolve a colaboração de mais de 100 pessoas em todo o mundo. As 31 publicações lançadas até então contêm cerca de 550 artigos escritos por autores e autoras de 69 países. Desde o início, tentamos tornar os artigos acessíveis a todos, tanto para facilitar sua tradução quanto como um princípio de disseminação. A sociologia, afinal das contas, possui mensagens importantes a serem transmitidas – de fato, mensagens cada vez mais importantes hoje – para um mundo que se encaminha para múltiplos desastres.

Embora as tecnologias recém-desenvolvidas e que estão à nossa disposição possam acelerar tais catástrofes, elas também nos oferecem, ao mesmo tempo, novas oportunidades. E foi a mídia digital que tornou possível o *Diálogo Global*; mas, é importante enfatizar, não sem o trabalho humano de tantos. Mesmo que a ISA tenha sido capaz apenas de oferecer uma soma monetária simbólica pela sua confecção, jovens sociólogos agarraram a oportunidade de traduzir o *Diálogo Global* para suas respectivas línguas, especialmente para aquelas marginalizadas pelos processos de globalização. A colaboração entusiasta desses jovens tem sido uma das coisas mais estimulantes a serem contempladas na história da revista.

No início do nosso designer gráfico, August Bagà (também conhecido como Arbu), propôs dar ao *Diálogo Global* uma aparência visual emocionante. Ele se associou com Lola Busuttil, fluente nas três línguas da ISA, para se tornarem os editores-chefes. Lola supervisiona toda a operação, certificando-se de que cada edição em cada um de seus idiomas siga os padrões mais elevados. Sua parceria resultou em uma revista bonita e meticulosa, tornada acessível a todos por Gustavo Taniguti, que projetou e manteve o *website* do *Diálogo Global*.

Enquanto eu era vice-presidente e, depois, atuando como presidente da ISA, tive o privilégio de conhecer sociólogos de todos os cantos do mundo. Esses contatos sustentaram o conteúdo da revista. Quando a tarefa de editar os artigos

em formato acessível se provou dura demais, eu pedi a Gay Seidman que me ajudasse no processo. Antes de se tornar uma socióloga distinto, ela havia sido jornalista e editora. Então, ela se ofereceu generosamente para realizar a tarefa, muitas vezes desafiadora, de transformar o “sociologuês” comum em nosso meio em um simples, mas não por isso menos elegante, inglês. Ela sempre foi muito cuidadosa com os autores, eficiente e eficaz na execução do projeto e uma consultora inestimável em todos os níveis da elaboração da revista. Antes que Gay aplicasse suas belas artes, uma equipe de estudantes de pós-graduação de Berkeley traduzia submissões não-inglesas para o inglês.

Há muitos outros para agradecer; mas o topo da lista deve ser ocupado por Robert Rojek, que, no início, ofereceu espontaneamente o financiamento do SAGE, sem restrições. Desde o início, Izabela Barlinska, a gênio organizacional da ISA, sua dedicada zeladora, também tem sido a campeã do *Diálogo Global*. Ao longo destes sete anos, recebi o endosso do Comitê Executivo da ISA, sem o qual o empreendimento inteiro nunca teria sido possível. Depois de deixar de ser presidente, Margaret Abraham e Vineeta Sinha apoiaram com entusiasmo a continuação do *Diálogo Global*. Agora, temos dois novos editores fantásticos, Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre, que levarão o *Diálogo Global* para novas alturas. Não hesitem em contatá-los com novas ideias e sugestões quanto ao conteúdo e direções para o *Diálogo Global*.

Ao ler as páginas do *Diálogo Global*, vê-se o fluxo e o refluxo da história global. Começamos em 2010, com as consequências da recessão global de 2008 e o surgimento de movimentos sociais mais otimistas – *Occupy*, *Primavera Árabe*, *Indignados* e *Piqueteros*, ao lado dos movimentos trabalhistas, ambientais, feministas e de outros tipos que lutam pela justiça social. Mas, a partir de 2013, as nuvens começaram a se juntar no horizonte e passamos a testemunhar um movimento reacionário e antidemocrático. Por isso, adotamos Karl Polanyi como nosso profeta. Aprendemos o que *A Grande Transformação* de Polanyi nos ensinou há muito tempo: que os contra movimentos que desatam mercados são tão propensos a serem fascistas como socialistas, tão autoritários quanto democráticos. Ainda temos muito a aprender com a análise das contradições entre capitalismo e democracia. Nessa medida, é especialmente apropriado que minha última edição se abra com uma conversa com Kari Polanyi Levitt, que relata a vida e o mundo que informaram o gênio que fora o seu pai.

Ao longo desses sete anos, tentei criar simpósios em uma gama ampla de sociologias nacionais; contudo, nunca tomei os EUA como tal. Por isso, na minha última edição como editor do *Diálogo Global*, pedi a sete amigos e colegas americanos para refletirem sobre a ascensão do Trumpismo, por intermédio da lente de seus próprios interesses individuais. Eles colocaram os EUA no contexto de um balanço histórico e global à direita. Uma das características desta era reacionária é colocar a própria sociologia na defensiva – não apenas contra o neoliberalismo, mas, cada vez mais, contra o crescente autoritarismo. Nesse sentido, cientistas sociais da Argentina, liderados por Juan Piovani, montaram uma defesa nacional à sociologia, realizando estudos que demonstram suas dimensões profissionais, políticas, críticas e públicas. Aqui, cinco artigos representam tal visão. O projeto está apenas em seu início, mas outras sociologias nacionais devem tomar nota.

Finalmente, tampouco devemos esquecer dos nossos predecessores – sociólogos que lutaram contra o autoritarismo –, como o famoso pensador marxista e do islã, Ali Shariati, que morreu em 1977, apenas dois anos antes da revolução iraniana, que ele prefigurava. Suas ideias continuam a assombrar essa revolução quanto ao que ela poderia ter sido, ou quanto ao que ela poderia ser hoje em dia. Atualmente, sentimos muito a necessidade de tais profetas, capazes de inspirar uma sociologia que equilibre o determinismo e a utopia. E acredito que o *Diálogo Global* é um dos espaços onde podemos identificar e imaginar coletivamente novas possibilidades, além de alertar contra a destruição do nosso pequeno planeta. ■



Kari Polanyi Levitt em conversa com Michael Burawoy sobre o seu famoso pai, Karl Polanyi.



Peter Evans, Raka Ray, Cristina Mora, Ruth Milkman, Dylan Riley, Cihan Tuğal e Gay Seidman discutem as origens e os sentidos do Trumpismo.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.



- > O **Diálogo Global** pode ser encontrado em 17 idiomas no [website da ISA](#).
- > Submissões devem ser enviadas a [Brigitte Aulenbacher](#) e [Klaus Dörre](#).

> Equipe Editorial

Editor: Michael Burawoy.
Editor Associado: Gay Seidman.
Editores Executivos: Lola Busuttill, August Bagà.
Conselho Editorial: Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchian, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.
Editores Regionais
Mundo Árabe: Sari Hanafi, Mounir Saidani.
Argentina: Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.
Bangladesh: Habibul Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufika Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury.
Brasil: Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Benno Alves, Julio Davies.
Índia: Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragya Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.
Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.
Irã: Reyhaneh Javadi, Sina Bastani, Mina Azizi, Hamid Gheissari, Vahid Lenjanzadeh.
Japão: Satomi Yamamoto, Masataka Eguchi, Kota Nakano, Aya Sato, Kaori Saeki, Riho Tanaka, Marie Yamamoto.
Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel.
Polônia: Jakub Barszczewski, Katarzyna Dębska, Paulina Domagalska, Adrianna Drozdowska, Łukasz Dulniak, Jan Frydrych, Krzysztof Gubański, Sara Herczyńska, Kinga Jakiela, Justyna Kościńska, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza-Gabler, Anna Wandzel, Jacek Zych, Łukasz Żołądek.
Romênia: Cosima Rughiniş, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Maria-Loredana Arsene, Timea Barabás, Diana Alexandra Dumitrescu, Radu Dumitrescu, Iulian Gabor, Dan Gitman, Alina Hoară, Alecsandra Irimie Ana, Alexandra Isbăşoiu, Rodica Liseanu, Cristiana Lotrea, Mădălina Manea, Anda-Olivia Marin, Bianca Mihăilă, Andreea Elena Moldoveanu, Rareş-Mihai Muşat, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Codruţ Pinzaru, Ion Daniel Popa, Anda Rodideal, Adriana Sohodoleanu.
Rússia: Elena Zdravomyslova, Elena Nikiforova, Anastasia Daur.
Taiwan: Jing-Mao Ho.
Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.
Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.

> Nesta Edição

Editorial: uma breve história do <i>Diálogo Global</i>	2
Modelando A Grande Transformação: uma conversa com Kari Polanyi Levitt por Michael Burawoy, EUA	5
> AS ORIGENS SOCIAIS DO TRUMPISMO	
Por trás da retórica do nacionalismo econômico de Donald Trump por Peter Evans, EUA	11
O Trumpismo e a classe trabalhadora masculina branca por Raka Ray, EUA	14
A imigração e política na Era Trump por G. Cristina Mora, EUA	16
O assalto de Trump aos sindicatos por Ruth Milkman, EUA	18
O Brumário Americano? por Dylan Riley, EUA	21
O surgimento da direita leninista por Cihan Tuğal, EUA	24
A adoecimento democrático no Brasil e na África do Sul por Gay W. Seidman, EUA	27
> DEFENDENDO A SOCIOLOGIA NA ARGENTINA	
A Argentina sob escrutínio por Juan Ignacio Piovani, Argentina	30
Mapeando as ciências sociais argentinas por Fernanda Beigel, Argentina	32
A diversidade cultural e social na Argentina por Alejandro Grimson, Argentina	35
A desigualdade social na Argentina contemporânea por Agustín Salvia e Berenice Rubio, Argentina	38
Explorando o capital social na Argentina por Gabriel Kessler, Argentina	41
> COLUNA ESPECIAL	
Ali Shariati, o esquecido sociólogo do Islã por Suheel Rasool Mir, Índia	43
A edição chinesa do <i>Diálogo Global</i> por Jing-Mao Ho, Taiwan	45



> Modelando A Grande Transformação

Uma conversa com **Kari Polanyi Levitt**



Kari Polanyi Levitt.

MB: Vamos começar do início. Estamos acostumados a pensar em Karl Polanyi como húngaro; mas ele na verdade nasceu em Viena, certo?

KPL: Sim, está certo. Curiosamente, meu pai e eu nascemos em Viena, e minha mãe, em uma pequena cidade não muito longe de Viena – que, como se sabe, foi o grande centro da vida intelectual, a grande metrópole do Império Austro-Húngaro.

A família, ou seja, a mãe e o pai de Karl Polanyi, começou sua vida em Viena. A mãe de Karl, Cecília Wohl, foi enviada por seu pai de Vilna, naquela época parte da Rússia, para Viena,

Karl Polanyi tornou-se um pensador canônico na sociologia e em outras áreas. Seu livro *A Grande Transformação* tornou-se, por sua vez, um clássico mundial que toca em quase todos os subcampos da sociologia. Mas a sua influência se estende para muito além da sociologia, chegando à economia, à ciência política, à geografia e à antropologia. Elaborando uma crítica à economia de mercado pela forma como ela destrói o tecido da sociedade, a obra tem ganhado cada vez mais seguidores nestas últimas quatro décadas de pensamento e prática neoliberais. O livro é, simultaneamente, uma investigação das fontes e consequências da mercantilização e um relato de movimentos contrários aos processos de mercantilização – movimentos que deram origem ao fascismo e ao stalinismo, bem como à própria socialdemocracia. Por isso, o livro tem relevância óbvia para o nosso contexto global atual. Karl Polanyi viveu de 1886 a 1964. Nesta entrevista com sua filha e economista **Kari Polanyi Levitt**, ela descreve a vida de seu pai e as influências que incidiram na elaboração de *A Grande Transformação*. Kari também aponta para a relação especial que seu pai teve com sua mãe, Ilona Duczynska, ela própria uma grande ativista política e intelectual de longa data. Kari Polanyi traça, depois, as quatro fases da vida de Karl Polanyi: a fase húngara, a fase austríaca, a fase inglesa e, por último, a fase norte-americana. A Dra. Levitt é uma economista por direito próprio; vive em Montreal e é autora de numerosas publicações, incluindo *From the Great Transformation to the Great Financialization* (2013) e a coleção editada *The Life and Work of Karl Polanyi* (1990). A entrevista que se segue é uma versão abreviada de uma conversa pública mais longa que a economista teve com **Michael Burawoy**, no final da conferência sobre Karl Polanyi – uma de muitas que ocorreram pelo mundo –, organizada por Brigitte Aulenbacher e seus colaboradores na Universidade Johannes Kepler, em Linz, Áustria, entre 10 e 13 de janeiro de 2017.

a fim de aprender uma profissão. Como resultado de sua educação, ela falava russo e alemão. Conheceu o pai de Karl, um jovem engenheiro judeu-húngaro – Mihaly Pollacsek – também em Viena. Ele falava húngaro e alemão.

Então a família começou como uma família de língua alemã. E, não há muito tempo atrás, aprendi por meio de correspondências trocadas que meu pai nunca aprendeu húngaro até entrar no ginásio, em Budapeste.

O período húngaro do meu pai, que é, naturalmente, muito importante, também foi moldado por uma influência russa – que veio politicamente através dos socialistas russos, diferentes dos socialdemocratas da época. Era um socialismo mais orientado para o campo, para o campesinato. Ele possui elementos anarquistas. As comunas, é claro, faziam parte dessa formação política.

E eu devo dizer que essa influência russa esteve balanceada do lado do pai, que era um anglófilo. Se houvesse duas figuras literárias importantes em sua vida, eu diria que seriam Shakespeare – afinal, ele levou consigo um volume de seus escritos ingleses compilados para a guerra – e, de todos os grandes escritores russos, eu citaria também Dostoiévski.

MB: Então houve a influência dos revolucionários emigrados russos, entre eles um homem chamado Klatchko.

KPL: Exato. Samuel Klatchko foi uma figura extraordinária. Ele morava em Viena. Ele foi o emissário não-oficial que conectava os revolucionários russos aos revolucionários europeus e internacionais em geral. Ele veio de uma família judaica de Vilna e passou a juventude em uma comuna russa no Kansas. A comuna não durou muito tempo. Ela acabou por terminar; e eles dizem que ele conduziu um rebanho de 3.000 para Chicago e, depois disso, visitou o International Ladies Garment Workers Union, em Nova York. Ele foi um ativista. Essa comuna de Kansas recebeu o nome de uma figura russa chamada Nikolai Tchaikovsky.

Mas quando Klatchko chegou a Viena ele estabeleceu uma estreita amizade com a família Pollacsek e cuidou de russos que vieram comprar literatura marxista, ou o que quer que eles tenham vindo fazer em Viena.

E meu pai me disse – eu nunca esqueci – que esses homens lhe causaram grande impressão, assim como causaram ao primo Irvin Szabo, que desempenhou também um papel importante na vida intelectual húngara; ele era uma espécie de socialista anarquista. Alguns desses homens não usavam sapatos e tinham os pés amarrados nos jornais. Meu pai ficou imensamente impressionado com o heroísmo e a coragem dessas pessoas. E, em geral, meu pai tinha... eu ia dizer que ele foi “romântico”, mas, em qualquer caso, ele tinha um grande respeito por esses revolucionários – particularmente, por Bakunin, que, suponho, é a maior figura de todos, um homem que explodiu de cada prisão na Europa.

MB: E a simpatia social-revolucionária continuou ao longo de sua vida, o que explica em parte a ambiguidade que ele teria para com os bolcheviques.

KPL: Sim, continuou ao longo de sua vida toda. Isso explica a relação antagônica com a socialdemocracia russa, que depois incluiu o que se tornaria a facção majoritária bolchevique.

MB: Seu pai já era politicamente ativo quando estudante. Isso é correto?

KPL: Sim, ele foi presidente fundador de um movimento estudantil, conhecido como o Círculo Galileo, cujo jornal se chamava *Szabad Gondolat*, que significa “O Pensamento Livre”. Foi contra a monarquia, a aristocracia, a igreja, contra o Império Austro-Húngaro. Não se tratava de um movimento socialista, embora muitos de seus participantes fossem socialistas. E, finalmente, incluía também jovens dos ginásios, bem como das universidades. Ele ministrou – eu li em algum lugar – cerca de 2.000 aulas de alfabetização por ano nesse período. Portanto, sua principal atividade foi a educação.

MB: E logo houve a Primeira Guerra Mundial.

KPL: Ele foi um oficial de cavalaria na guerra, na frente russa. A situação era horrível. E foi igualmente horrível tanto para os austro-húngaros quanto para os russos. Ele contraiu tifo, que é uma doença terrível. Eventualmente, ele me disse que, quando seu cavalo tropeçou e caiu sobre ele, ele pensou que iria morrer; mas, logo depois, ele acordou em um hospital militar em Budapeste.

MB: E no final da guerra houve a Revolução Húngara.

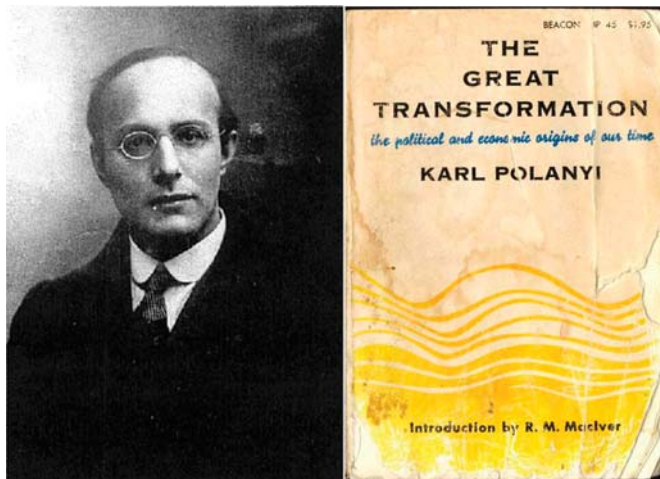
KPL: A Revolução Húngara de 1918 encerrou a guerra, na verdade, com a Primeira República e o Conde Karolyi como primeiro presidente do país, no outono daquele ano. Portanto, geralmente, ela é chamada de Revolução de Áster ou Crisântemo, ou posteriormente de alguma outra flor indicando o outono. Seguiu-se a isso a curta Revolução dos Conselhos, que terminou em agosto de 1919, quando foi derrotada por uma contrarrevolução que levou os intelectuais húngaros, ativistas, comunistas, socialistas e liberais ao exílio em Viena. Incluindo meu pai.

MB: Então seu pai partiu antes do final da revolução, certo?

KPL: Sim, ele saiu antes do fim.

MB: Como ele via a Revolução Húngara?

KPL: Ele foi ambivalente em relação a ela, como muitos outros. Penso que, inicialmente, eles receberam bem a formação dos conselhos pelo país afora. No entanto, quando os conselhos decidiram por uma nacionalização por atacado dos negócios – de tudo – acho que ele percebeu que isso teria um final muito ruim. O que ocorreu, na realidade.



Karl Polanyi, autor de A Grande Transformação.

MB: Então os líderes do Partido Comunista Húngaro fugiram de Budapeste para Viena?

KPL: Sim. O Partido Comunista no exílio tinha dois líderes, Bela Kun e Georg Lukács. Havia uma certa rivalidade entre os dois. E aqui está uma história engraçada que envolveu minha mãe, que passou o ano de 1919 em Moscou, onde ela – por causa de suas habilidades linguísticas e de sua educação – trabalhou no escritório com Karl Radek, organizando as reuniões da Segunda Internacional Comunista. Eventualmente, quando ela voltou a Viena, recebeu uma assistência financeira para ser entregue aos comunistas húngaros exilados na Áustria. E essa assistência veio na forma de um diamante, que foi colocado em um tubo de pasta de dente. Mas o interessante é que ela o entregaria justamente a Lukács, porque, como filho de um banqueiro, ele provavelmente era mais confiável que Kun.

MB: Mas nesse momento sua mãe e seu pai não se conheciam ainda, né? Na verdade, pelo que sei, eles só se encontraram em Viena no ano seguinte, em 1920. Isso é correto?

KPL: Foi uma reunião fatídica – em uma vila colocada à disposição dos comunistas húngaros e emigrantes de esquerda por um benfeitor vienense. Como ela era a menina dos olhos de homens jovens, de acordo com a minha mãe, ninguém esperaria que ela fosse se atrair por um cavalheiro dez anos mais velho do que ela, cuja vida parecia apontar para o passado – ele estava deprimido e escrevendo notas em um canto...

MB: Mas eles eram personagens muito diferentes, esses dois. Uma fazia mais a ativista e o outro, mais o intelectual; uma passava seu tempo nas trincheiras, o outro, no estudo.

KPL: Sim e não. Meu pai, onde quer que ele morasse, estava sempre envolvido em tudo o que estava acontecendo. Ele escreveu artigos para o público em geral, para quem quer que pudesse ler o que ele tinha a dizer – e publicava por meio de quem quer que publicasse o que fosse na época. Na Hungria

era assim. Em Viena era assim. Na Inglaterra também. Então ele estava realmente envolvido com o presente. Ele era um intelectual, sim. Mas ele não era um intelectual com uma ideia fixa, uma obsessão que ele nutria sobre algo e que, onde quer que fosse, de um lugar para outro, levasse sempre com ele. Não. De modo nenhum.

Minha mãe realmente começou suas atividades com uma participação muito destacada como uma jovem notável na Revolução Húngara: de certa forma, não havia nada que pudesse fazer pelo resto de sua vida que se igualasse isso. E havia certa tristeza nela em relação ao que fizera. Quando você consegue, em uma idade muito precoce, o que realmente aspira fazer – que é desempenhar um papel obviamente importante na história, nesse caso, no movimento socialista comunista – o que quer que você faça do restante de sua vida nunca irá se equiparar a aquilo.

MB: Então, ambos tiveram suas experiências tristes; mas, em 1923, aconteceu algo muito especial: você nasceu! E seus pais foram rejuvenescidos.

KPL: Sim, de acordo com seu relato, meu nascimento ajudou a puxar meu pai para fora da depressão, que era, como todas essas coisas ainda o são, uma experiência privada. No entanto, ele escreveu muito sobre isso; escreveu sobre o que ele sentia ser a responsabilidade de sua geração por todas as horríveis coisas que aconteciam, particularmente a guerra terrível, sem sentido e estúpida que lhes assolava. Ele escreveu muito sobre a Primeira Guerra Mundial também – como isso realmente mudou muito pouco. Nunca ficou muito claro – de acordo com ele – sobre o que realmente se tratou aquela guerra. Foi apenas um terrível massacre, um desastre humano. E, com efeito, ele sentiu toda a responsabilidade de sua geração.

E eu me pergunto hoje se esse senso de responsabilidade – responsabilidade social para com o estado do mundo, para com o estado do próprio país – foi um atributo apenas daquela geração, e se tal senso acabou de vez. Ainda temos pessoas – incluindo intelectuais – que portam um sentido de responsabilidade para com a nossa sociedade, da maneira como ele, meu pai, e muitos outros de sua geração fizeram?

MB: Essa foi uma geração muito especial, de fato, e por muitas razões. Mas uma das razões foi o Red Vienna – ou seja, a reconstrução socialista de Viena, de 1918 a 1933, que coincidiram com os anos em que seu pai também estava por aquela cidade austríaca.

KPL: Sim, o Red Vienna foi um episódio surpreendente na história – uma experiência notável dentro do socialismo municipal. Foi realmente uma situação em que os trabalhadores foram privilegiados, e privilegiados

>>

socialmente – em termos de serviços, construções coletivas maravilhosas, em que Karl-Marx-Hof, é claro, despontou como o exemplo mais notável.

Mas não só isso. A atmosfera e o nível cultural eram muito incomuns naquela época, marcados pelo fato de que alguém como Karl Polanyi, que não tinha status e não era empregado por nenhuma universidade, dava palestras públicas sobre o socialismo e outros assuntos. Ele podia desafiar o pensamento orientado para o mercado de Ludwig van Mises em uma revista financeira bastante conceituada da época. Mises respondia e meu pai dava a tréplica. Isto é, havia uma vida intelectual fora da universidade, na comunidade mesmo.

MB: Do que você se lembra daquele período?

KPL: Eu era apenas uma criança; mas me lembro dos maravilhosos campos de verão nos lagos mais desejáveis de Salzburgo, todos organizados pelo movimento socialista. E as pessoas vinham de todo o mundo para ver o *Red Vienna* em seu esplendor, como um exemplo do urbanismo moderno em seu melhor estilo.

Embora nenhum dos meus pais tenha tido grande carinho pela socialdemocracia, ambos admitiram mais tarde na vida que esses anos em Viena – o chamado *Red Vienna* – foram notáveis e louváveis. Foi a única vez que eu ouvi minha mãe dizer algo louvável sobre os socialdemocratas. Meu pai também nunca fora um grande entusiasta deles.

MB: Em 1922, seu pai escreveu seu famoso artigo sobre o cálculo socialista, que é uma espécie de celebração de uma outra visão do socialismo – o socialismo de guilda, ou socialismo corporativo –, que também foi influenciado pelo socialismo municipal de Viena.

KPL: Veja, naquele momento não havia um país no mundo que tivesse uma economia socialista, certo? A Rússia estava emergindo de uma brutal guerra civil. Assim, houve um debate intelectual sobre a possibilidade de se organizar uma economia nacional socialista. E Mises disparou o primeiro tiro. Ele foi quem escreveu o artigo para dizer que isso era impossível – porque, sem mercados de preços, não haveria nenhuma maneira racional de alocar recursos. Tenho certeza de que a maioria de vocês que estudam economia está familiarizada com esse argumento. Então, Polanyi desafiou isso tudo com um modelo de socialismo cooperativo associativo, baseado em parte em Otto Bauer, e em parte em G.D.H. Cole.

MB: Qual era a visão do seu pai sobre a Revolução Russa de 1917, quando ele ainda vivia em Viena?

KPL: Bem, antes de tudo, a primeira Revolução Russa em 1917 – a chamada Revolução de Fevereiro – foi a que acabou com a guerra. Sua visão era que isso, de fato, fora maravilhoso, porque, como quase todas as pessoas na Hungria, ele queria que a guerra acabasse logo. A guerra foi extremamente impopular. E então a guerra terminou, e

a revolução russa em sua fase inicial foi saudada como bem-vinda, penso eu.

MB: E sobre a Revolução de Outubro?

KPL: Para Polanyi, as revoluções de fevereiro e outubro foram revoluções burguesas. Elas foram a última onda que se seguiu à Revolução Francesa e atravessou a Europa – e finalmente chegou ao país europeu mais atrasado, a Rússia. Então, foi assim que ele pensou aquele evento.

MB: Portanto, a verdadeira revolução viria depois com o movimento em direção aos planos de coletivização e os chamados planos quinquenais?

KPL: Sim. Eu acho que ele diria que o socialismo veio apenas com o Plano Quinquenal, depois de 1928 ou 1929. Antes disso, a Rússia era um país predominantemente camponês, agrícola. Agora, temos um artigo interessante escrito em Bennington, em 1940, que recentemente veio à tona. Lá, ele fala sobre o dilema interno da Rússia. Simplificando: a classe trabalhadora, que era a base do Partido Comunista, controlava as cidades e dependia do campesinato, que controlava o abastecimento alimentar nas áreas rurais. Mas, então, havia também um dilema externo: não era possível para os camponeses russos exportarem o seu grão porque os mercados internacionais entraram em colapso em razão da Grande Depressão, sendo o grão a principal commodity de exportação da Rússia na época.

Isso contribuiu para a decisão de empreender uma industrialização acelerada do país mais atrasado da Europa – e realizá-lo como um projeto socialista de nacionalização –, não só da indústria, mas também da agricultura.

MB: Isso já me parece paradoxal, certo? Porque, até certo momento, o vemos apoiar os revolucionários sociais e a ideia de uma democracia participativa, mas agora parece que ele endossa o stalinismo.

KPL: Sim. Mas, como foi apontado por outras pessoas, também em relação à vida de meu pai, foi algo muito contextual. E é precisamente isso que é tão atraente em relação ao seu pensamento – o que também o torna, às vezes, contraditório –, ou seja, que ele não procede de um único princípio, por assim dizer. Ele procede de acordo com as situações e suas possibilidades.

Essa é a primeira polaridade: a realidade e a liberdade – afinal, qual era a situação real e quais foram as possibilidades para a Rússia naquele momento? Você tem uma revolução liderada por um partido proletário. Você tem um campesinato que não queria ser nacionalizado – eles queriam possuir a terra. E assim o fizeram. E eles tinham muito poder, controlando o fornecimento de alimentos, por exemplo.

Você tinha, também, uma situação internacional bastante específica. Pouco depois, tivemos o fascismo, que emergiu na década de 1930. Somente na Inglaterra meu pai



realmente se tornou um forte defensor da União Soviética, e foi no contexto do iminente conflito com o expansionismo alemão e do próprio nazismo.

MB: Então seu pai deixa Viena em 1933?

KPL: Sim, ele deixou Viena por causa do fascismo iminente que pairava por lá. Uma decisão foi tomada pelo comitê editorial da famosa revista econômica *Der Österreichische Volkswirt* – onde ele era, até então, uma figura editorial de liderança –, dizendo que Karl Polanyi deveria ir para a Inglaterra porque a situação política era bastante tênue. Seu inglês era excelente. E ele tinha contatos por lá. Então, ele parte para a Inglaterra em 1933, desde onde continuou a contribuir com artigos para a revista econômica, até quando deixou de ser publicada, em 1938.

No entanto, nós não fomos como uma família. Meu pai foi em 1933. Eu fui enviada para a Inglaterra em 1934, e fui morar com amigos ingleses muito próximos, Donald e Irene Grant, que havíamos conhecido bem Viena. Eles eram socialistas cristãos que trabalhavam para o Movimento Cristão Estudantil da Grã-Bretanha e davam algum alívio aos empobrecidos austríacos do pós-guerra. E foi assim que os conhecemos. Eu vivi com eles. Minha mãe veio somente em 1936, dois anos depois.

MB: Voltemos ao seu pai, em seu período na Inglaterra. O que ele fez por lá?

KPL: Quando ele chegou pela primeira vez, em 1933, não tinha emprego fixo. Seu sistema de apoio lá era Betty e John MacMurray e a família Grant, que pertenciam a algo chamado de esquerda cristã. Quer dizer, eles eram socialistas cristãos. Mas havia, também, comunistas e alguns líderes religiosos no círculo, principalmente protestantes.

Ele escreveu um ensaio importante sobre a essência do fascismo, que ele considerou uma afronta aos valores cristãos – o texto seria incluído em um livro que ele coeditou, *Christianity and the Social Revolution*. Meu pai também liderou um grupo de estudo de seus amigos cristãos ingleses, sobre os dois volumes dos primeiros

escritos de Marx, incluindo *A Ideologia Alemã* e os famosos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, que haviam acabado de ser publicados em 1932. Ele lia para eles esses textos, traduzindo simultaneamente para o inglês.

Ele estava muito entusiasmado com esses trabalhos. Lembro-me da sensação que tinha acerca desse acordo com os anfitriões. Eu chamo os primeiros escritos de Marx o ponto de partida comum entre Marx e Polanyi.

MB: E ele também assim o afirma em *A Grande Transformação*. Então, o que esse período de ensino envolveu? Como a Inglaterra influenciou seu pensamento?

KPL: Foi somente em 1937 que Karl obteve emprego na *Workers Education Association* (WEA), um movimento de educação de adultos muito grande e antigo. Na Inglaterra, a associação estava conectada ao Ruskin College, que permitia que as pessoas da classe trabalhadora, que não pudessem ir à universidade, obtivessem mais educação.

Meu pai teve a chance de ensinar em cidades provinciais inglesas, por exemplo, em Kent e Sussex. Ele passava a noite com as famílias; conhecia mais intimamente a vida das famílias da classe trabalhadora, e ficava chocado com as condições que encontrara e, para ser honesta, com o baixo nível cultural delas. Em comparação com as pessoas da classe trabalhadora em Viena, elas eram culturalmente mais pobres, muito embora a Áustria fosse um país mais pobre em termos monetários do que a Grã-Bretanha.

O assunto que ele era obrigado a ensinar era a história social e econômica inglesa, sobre a qual ele não sabia quase nada. Foi um período de autoaprendizagem, é possível dizer. Se você olhar para a parte de trás do livro – *A Grande Transformação* –, você verá a enorme variedade de estudos que ele realizou. É muito parecido com os *Grundrisse* de Marx que, curiosamente, dependeu de autores semelhantes – Ricardo, Malthus, entre outros –, que escreveram sobre a revolução industrial em sua fase inicial.

Então, minha mãe escreveu – e isso está escrito na frente do livro chamado *The Livelihood of Man*, publicado

“Permitir que o mecanismo do mercado seja o único diretor do destino dos seres humanos e seu ambiente natural resultaria na demolição da sociedade”

Karl Polanyi

postumamente – que foi na Inglaterra que Karl derrubou as raízes de um ódio sagrado da sociedade de mercado, que alienava as pessoas de sua humanidade. É assim que ela diz.

Então, é claro, ele descobriu o sistema de classes somente na Inglaterra. Consistia em diferenças de discurso. E ele descreveu esse sistema de classes como algo semelhante às castas na Índia ou à raça nos Estados Unidos.

MB: Em 1940, Karl Polanyi é convidado a dar palestras no Bennington College, nos EUA.

KPL: Sim, em Bennington, ele recebeu uma bolsa de dois anos da Fundação Rockefeller para escrever *A Grande Transformação*. Ele teve um bom apoio do presidente da Bennington; mas tinha que se reportar à Fundação Rockefeller. Não importava o que entregasse à fundação, eles nunca gostavam. Eles tinham dúvidas muito sérias sobre sua adequação para estar em uma universidade.

Eles escreveram que Karl realmente estava mais interessado – e ouça isso como um comentário maldoso – na “lei húngara, em palestras universitárias e na filosofia”. Dizer que ele se interessava mais pela filosofia é um comentário totalmente maldoso. No entanto, eles renovaram a concessão. E no final dos dois anos – estamos agora em 1943 – meu pai já se via muito interessado em voltar para a Inglaterra. Ele não queria ficar mais nos Estados Unidos. Queria participar do planejamento pós-guerra da Inglaterra.

Por essa altura, a Batalha de Stalingrado havia virado a maré da guerra; era muito claro que os aliados iriam ganhar. Então, ele deixou os dois penúltimos capítulos d’*A Grande Transformação* inacabados. E, se você olhar bem, esses dois capítulos têm vestígios de estarem inacabados mesmo. Não é o último capítulo, mas os dois capítulos que antecedem o último.

Se ele tivesse ficado para terminar o livro, acho que o esboço preliminar de um outro livro proposto, *Common Man’s Masterplan*, é realmente o que ele poderia ter incluído nesses dois capítulos. Ou algo do gênero. Ele entregou o material a alguns colegas. Houve muita disputa e discussão sobre esses dois penúltimos capítulos na época.

MB: Mas, eventualmente, ele teria retornado aos EUA para assumir uma posição na Universidade de Columbia, só que sua mãe estava proibida, na época, de morar nos

EUA. Então eles acabaram vivendo no Canadá, certo?

KPL: A outra opção teria sido ficar na Inglaterra, onde meu pai poderia continuar trabalhando para a WEA. Mas também ficou claro que, de verdade, ele tinha algo a dizer. Ele tinha um livro para escrever. E tinha muito trabalho a ser realizado. Ele não iria receber nenhum convite de alguma universidade britânica. Isso estava muito claro para ele. Então, em 1947, veio a oferta da Columbia. A oferta estava baseada em *A Grande Transformação*. O livro teve um prefácio de Robert MacIver, da própria Universidade de Columbia, conhecido nas escolas de economia por seu institucionalismo, o que combinou – em alguma medida – com a abordagem de Polanyi.

Então, em Londres, Ilona foi informada de que estava proibida de entrar nos Estados Unidos. Foi um grande problema na época. Meu pai ficou muito chateado com isso. Ele queria que ela persuadisse os americanos a mudarem de ideia. E ela disse que não faria isso de forma alguma. Não era possível.

Então, ele concebeu a ideia de que talvez eles pudessem fazer do Canadá uma possibilidade de moradia; e eventualmente ele a convenceria de que essa seria uma solução viável. Ela encontrou uma bela casa para eles nos arredores de Toronto, em um ambiente rural – uma pequena casinha, na verdade. Isso foi em 1950. Ele viajava como um estudante, de Nova York até lá. Ele vinha para o Natal e para a Páscoa, todos os anos, bem como para as férias de verão.

E quando finalmente se aposentou do ensino, em 1953, passou mais tempo no Canadá. Seus estudantes vinham visitá-lo constantemente. E muitas outras pessoas também vieram.

MB: E sua pesquisa ganhou uma nova direção. Ele se interessou mais pelos estudos antropológicos, digamos. Mas eu receio que essa seja uma história para outra ocasião. Muito obrigado por este maravilhoso relato da vida de Karl Polanyi. Você, de fato, mergulhou na extraordinária pré-história de A Grande Transformação. Eu acho que agora entendemos muito melhor como a obra foi um produto de experiências históricas muito diferentes no século XX e porque ela continua sendo uma obra tão importante hoje. ■

> Por trás da retórica do nacionalismo econômico de Donald Trump

Por **Peter Evans**, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA, membro dos seguintes Comitês de Pesquisa da ISA: Economia e Sociedade (RC02), Pesquisas Futuras (RC07), Movimentos Trabalhistas (RC44), Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47) e Sociologia Histórica (RC56)



A retórica dos EUA em primeiro lugar do presidente Trump.

“O nacionalismo econômico” tem uma história venerável. De Alexander Hamilton a Friedrich List, chegando a seus sucessores no século XX na América Latina, África e Ásia, o nacionalismo econômico tem sido uma ferramenta intelectual e ideológica para os países pobres que tentam, digamos, “recuperar o atraso” em relação aos países ricos. A

>>

retórica da “*America First*” de Donald Trump e a rejeição do Brexit sobre os laços econômicos globais da Grã-Bretanha indicam um novo “aumento do nacionalismo econômico”? Um olhar mais atento sugere que tal formulação é fortemente enganosa.

A versão trompista do “nacionalismo econômico” combina *bullying* ineficaz com um discurso inaugural de boas-vindas. “*America First*” é o *slogan* favorito de Donald Trump; mas, enquanto a sua versão do “nacionalismo econômico” deva sua popularidade às falhas do capitalismo global neoliberal, ela não oferece nenhuma ameaça para esse mesmo capitalismo global. Um pedaço extra de sujeira no túmulo da extinta Parceria Transpacífica (TPP) pode ter proporcionado um momento alegre, mas as mudanças substantivas nos acordos comerciais existentes parecem constituir um projeto quixotesco. Exortações que insistem que as corporações americanas não movam empregos no exterior são excelentes teorias, mas não há evidências de que esses apelos realmente prejudiquem as redes globais de produção.

Então, por que Steve Bannon – que, infelizmente, é o mais próximo de um estrategista de grande porte no círculo social de Trump – afirma que o “nacionalismo econômico” é o segundo dos três pilares principais da administração? Como Trump, Bannon entende que o “nacionalismo econômico” é um meme, uma noção que pode ser implantada para explorar o ressentimento acumulado, complementando e ampliando, com efeito, os apelos racistas e xenofóbicos, ao mesmo tempo em que escava pela base o *establishment* político existente.

Desde que a “era de ouro do capitalismo” do pós-Segunda Guerra Mundial terminou, há mais de quatro décadas, a vida sob o capitalismo neoliberal não tem sido gentil com a maioria dos norte-americanos. Os salários estagnados se combinaram com uma realidade angustiante e degradante, ao mesmo tempo em que a renda e o privilégio mudaram ainda mais brutalmente para aqueles 0,001% que se encontram no topo (mais recentemente, relatado por [Piketty, Saez e Zucman](#)). Na virada do milênio, a angústia havia se traduzido em uma nova epidemia de dependência química e uma queda historicamente sem precedentes nas expectativas de vida para os homens brancos menos educados.

O *establishment* político americano convencional se achou de repente dentro de uma caixa. Não desejando uma possível mobilização popular de enfrentamento do poder do capital, mas também incapaz de mudar a trajetória do declínio do bem-estar e a crescente raiva popular, os políticos do *establishment* já passaram por décadas de esforços bipartidos fracassados para convencer aos americanos comuns de que apenas um regime global baseado no “livre comércio” poderia melhorar suas vidas.

A retórica agressiva de Trump que abraça o “nacionalismo econômico” o separou do legado globalista vulnerável desse tímido *establishment*. Reduzindo os efeitos negativos estruturados do capitalismo à fraqueza nas negociações com líderes estrangeiros – fraqueza que poderia ser revertida por um negociador nacionalista mais beligerante –, o nacionalismo econômico distraiu a atenção das características reais de sua política econômica: assim o fez permitindo que o capital reivindicasse ainda mais o coletivo excedente e removendo regulações que oferecessem alguma proteção contra o comportamento econômico predatório.

Possibilitar esse truque político faz do nacionalismo econômico o “segundo pilar” da agenda de Trump. O presidente norte-americano continua a ser um dos presidentes menos populares na história política moderna dos EUA; porém, o nacionalismo econômico continua sendo uma das ferramentas ideológicas mais eficazes. Sem isso, os apelos ao racismo e à xenofobia seriam suas únicas armas ideológicas.

O Brexit fornece uma perspectiva complementar sobre a falência política do mantra de que “os mercados livres globais trazem prosperidade a todos”. David Cameron pode ter assumido que os britânicos comuns compartilhariam de seu entusiasmo pelos banqueiros da cidade de Londres, cujos lucros se baseiam em uma posição privilegiada nos mercados financeiros globais; todavia, sua arrogância deu aos britânicos a chance de votar diretamente em um recurso específico da globalização econômica – algo que nenhum político americano, de Clinton a Obama, se atreveu a permitir. O *establishment* britânico ainda está chocado com a rejeição ao globalismo.

Trump e Brexit não ameaçam a capacidade do capital global de extrair lucro, mas podem sinalizar (ou, talvez, ratificar) uma revolta na infraestrutura política do neoliberalismo global. No chamado Norte global, as elites políticas não podem ignorar o dito de Lenin de que “uma república democrática é o melhor escudo político possível para o capitalismo”. Para as elites, permitir que os cidadãos comuns votem em questões relacionadas ao capitalismo global, de repente, parece algo arriscado. O eleitorado retribui a desconfiança da elite, duvidando que a escolha da liderança política das listas normalmente disponíveis levará a uma vida melhor. Elite e massa questionam, então, se os processos democráticos liberais irão servir a seus interesses, criando a possibilidade, como diz Wolfgang Streeck, de que “o casamento da espingarda do capitalismo com a democracia esteja se rompendo”.

Já no chamado Sul global, a questão se apresenta de forma ainda mais evidente. Os políticos no Sul global entendem que devem fazer suas manobras dentro do espaço político oferecido pelo poder do capital global e das regras impostas pelo sistema. Xi Jinping, por exemplo, tem o cuidado de não parecer um nacionalista econômico quando fala em Davos.

Mesmo as surpreendentes vitórias do Brasil, da China e da Índia na OMC (Organização Mundial do Comércio) foram travadas no território discursivo das regras comerciais neoliberais. Em vez de proclamar a legitimidade dos fins nacionalistas, a estratégia foi se juntar ao “clube do Norte” com a sua hipócrita recusa em respeitar suas próprias regras de “livre comércio”. No entanto, esse não é mais o mundo que David Harvey descreveu uma década atrás, no qual a ascensão ideológica do neoliberalismo poderia ser considerada como certa. Os gloriosos efeitos putativos dos mercados podem ter atraído Deng Xiaoping, mas Xi Jinping não é um verdadeiro crente. O Chile de Pinochet está morto, e uma fidelidade ao neoliberalismo comparável à África do Sul de Thabo Mbeki na virada do milênio agora é difícil de encontrar.

Mesmo com uma fé que evapora em fórmulas neoliberais, os líderes no Sul global ainda estão vulneráveis ao poder do capitalismo global e, apenas raramente, têm a opção de postular como nacionalistas econômicos à la Trump. Faltando o cartão de nacionalismo econômico, as ferramentas mais odiosas do racismo, da xenofobia e da repressão são frequentemente a que os líderes se voltam quando as estratégias neoliberais falham.

A evolução da Turquia de Erdoğan, descrita por Cihan Tuğal no [Diálogo Global 6.3](#) (setembro de 2016), ié um caso interessante. Começando com uma nação que foi “o país mais secular e democrático do Oriente Médio”, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento de Erdoğan abraçou o capitalismo neoliberal. Então, descobrindo que o capitalismo neoliberal não poderia fornecer uma base material para a hegemonia política dentro das regras democráticas convencionais, o regime avançou para o que Tuğal considera o “totalitarismo duro”, dependendo da “mobilização e do fanatismo da massa”.

O regime de Narendra Modi na Índia é variação do mesmo tema. As formas mais extremas de fanatismo religioso foram desencadeadas em uma política em que a democracia eleitoral secular (embora altamente imperfeita) havia sobrevivido contra todas as probabilidades por 70 anos. Na virada do milênio, a adesão ao capitalismo neoliberal por parte da Índia deixou a maior parte de sua população para trás; mas o BJP de Modi (seu Partido Bharatiya Janata) distraiu as atenções de sua estreita conexão com a grande capital, mudando-se para uma estratégia chauvinista abertamente hindu, aterrorizando os muçulmanos e outros “estranhos” e, claro, os considerados hindus “desleais”.

Esteja o foco em Trump ou, então, no Sul global, quaisquer benefícios que possam advir do comércio global e das redes de produção não estão ameaçados pelo “surgimento do nacionalismo econômico”. A ameaça real para o bem-estar das pessoas e comunidades comuns é o aumento de estratégias políticas reacionárias destinadas a manter o poder das elites que não possuem a vontade política e a capacidade de desafiar os efeitos punitivos do capitalismo neoliberal global.

Donald Trump é uma ameaça global, não porque ele é um nacionalista econômico, mas porque ele é o comandante em chefe do aparelho militar mais perigoso do mundo. Julgados pelas políticas atuais promulgadas até agora, ele não é tanto um nacionalista econômico quanto um político que descobriu que as reações econômicas nacionalistas são úteis para distrair seus eleitores da sua devoção aos traços mais retrógrados da dominação capitalista. Outros líderes, que devem viver com os fracassos do capitalismo, mas impedidos pelo poder do capital global sobre suas economias nacionais de jogar o cartão do nacionalismo econômico, são propensos a usar estratégias ainda mais viciosas para manter o poder.

Nenhuma lógica “inexorável” nos obriga a aceitar o fracasso atual do capitalismo em oferecer um bem-estar melhorado, tampouco as estratégias abomináveis usadas pelos líderes políticos para preservar seu poder. A menos que sejam prejudicados pelo choque da mobilização progressiva de baixo, os políticos do *establishment* sempre assumirão que as restrições econômicas impedem a transformação; mas, o politicamente inesperado pode criar possibilidades imprevistas, bem como desencorajar as reversões.

Enquanto os esforços de Trump em disfarçar um retorno a uma versão mais reacionária do capitalismo, sobretudo ao invocar o nacionalismo pseudo-econômico, não lhe tem permitido escapar de níveis recordes de desaprovação do povo americano, o político dos EUA que, atualmente, desfruta das maiores taxas de aprovação é Bernie Sanders, que empreendeu uma tentativa credível de fazer algo sem precedentes na história dos Estados Unidos – tornando-se o candidato presidencial de um dos dois principais partidos atuando enquanto socialista. ■

Contato com Peter Evans <pevans@berkeley.edu>

> O Trumpismo e a classe trabalhadora masculina branca

Por **Raka Ray**, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA



O coração dos adeptos de Trump - a classe trabalhadora branca.

Tornou-se comum nos meios de comunicação e na escrita acadêmica descrever muitas das pessoas que votaram em Trump e que aparecem em grande número para protestos de direita como esse em Charlottesville, Virgínia, como “homens brancos furiosos”. O *Washington Post* pergunta: “Por que tantos homens brancos estão tão bravos?” O sociólogo Michael Kimmel sugere que o “direito prejudicado” os une. Quando todos os votos após as últimas eleições dos EUA foram contados e analisados, um círculo eleitoral muito particular tornou-se óbvio: 71% dos homens brancos sem diplomas universitários votaram em Trump, enquanto mais de metade dos homens brancos com diplomas universitários (53%) também votaram em Trump.

Embora muito tenha originado do que tanto a esquerda quanto a direita muitas vezes denominam o voto do “Homem branco em fúria”, sugiro que precisemos examinar de perto cada elemento disso. Esse grupo de eleitores é simultaneamente branco e masculino e classe trabalhadora; Assim, raça, classe e gênero devem ser analisados e compreendidos, juntos.

Nos EUA, o declínio do fordismo e o declínio correspondente

dos “bons” empregos não eram simplesmente uma questão de classe. Entre o início e o final do século XX nos Estados Unidos, o Fordismo proporcionou bons empregos envolvendo a fabricação de produtos em linha de montagem, proporcionando salários mais altos para que os trabalhadores pudessem comprar os produtos que fabricavam e prometeram um emprego relativamente contínuo. Mas o fordismo, na realidade, significava mais do que isso. Premiado como na produção industrial em larga escala e no consumismo doméstico, o fordismo nunca foi apenas uma característica da economia capitalista. Converteu simultaneamente o patriarcado: a ideologia do fordismo subsumiu dentro dela o salário da família - a idéia de que uma única renda pode suportar a família inteira. O salário familiar, por sua vez, assumiu uma divisão do trabalho em que os homens cuidavam da produção, enquanto as mulheres cuidavam do consumo (e também subsidiaram a alimentação e a reprodução social dos trabalhadores). Que os homens, em vez das mulheres, trabalhassem os bons empregos decorrentes de pressupostos de gênero sobre o lugar certo para homens e mulheres, e também do fato de que (na ausência de qualquer provisão para pagamento igual entre homens e mulheres) fazia sentido que as mulheres, cuja capacidade de ganho era muito menor,

>>

deveriam ser aqueles que ficassem em casa. Na verdade, no próprio coração da compreensão de muitos homens de si mesmos como homens, a sua capacidade de prover suas famílias.

Excluídos do compacto salarial familiar eram homens cujos salários não eram altos o suficiente: negros e imigrantes. O fordismo, portanto, privilegiou os brancos, trabalhadores qualificados de colarinho azul. Também estavam excluídas as mulheres sem relação com homens e as mulheres cujos homens nunca ganhariam o suficiente para sustentar suas famílias sozinhas. Essa era também uma época em que foram feitos investimentos estaduais em saúde, educação e velhice, uma boa vida era imaginável e bem compreendida pelos homens da classe trabalhadora branca.

O declínio do fordismo coincidiu com ondas de movimentos sociais de mulheres e de pessoas de cor exigindo igualdade, salários iguais, direitos reprodutivos, direitos de liberdade de expressão, questionamento da guerra e reivindicações de liberdade sexual. Simultaneamente ao declínio do fordismo e ao declínio do salário familiar, surgiram famílias com dois filhos e um colapso da própria ideologia do salário familiar. Dentro do atual regime de capitalismo globalizado e financeirizado, a produção fabril foi transferida para regiões de baixo salário, e muitos trabalhos simplesmente desapareceram por causa da automação. O novo regime recrutou mulheres para a força de trabalho remunerada e promoveu o desinvestimento estadual e corporativo do bem-estar social.

Por mais de 40 anos, a renda média dos homens brancos, ajustada pela inflação, permaneceu praticamente estagnada, enquanto a das mulheres brancas quase dobrou. As rendas médias das mulheres negras mais que dobraram, e os rendimentos médios dos homens negros subiram um pouco. Mesmo com a Grande Recessão e o modesto crescimento econômico, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras tiveram algum progresso. Mas qualquer aumento nos rendimentos dos homens brancos foi principalmente para os ricos.

Como o fordismo era simultaneamente a respeito da classe, da raça e do gênero, a reação ao declínio foi baseada em todos os três: quando os homens da classe trabalhadora branca perderam seus empregos, perderam a sensação de masculinidade, o controle sobre as mulheres e a sua vantagem anterior sobre as pessoas de cor. Eles perderam o que eles pensavam ser. Embora o termo “direito prejudicado” possa parecer apropriado, é, acredito, insuficiente.

A descrição da filósofa Nancy Fraser sobre dois tipos de lutas políticas recentes nos EUA – as lutas sobre a redistribuição e as lutas pelo reconhecimento – fornece uma maneira útil de se pensar sobre as políticas decorrentes dessas perdas. Fraser define lutas sobre a redistribuição como lutas sobre a desigualdade material – renda e propriedade, acesso ao trabalho remunerado, educação e saúde. A

redistribuição, então, refere-se à injustiça socioeconômica. A luta pelo reconhecimento, por outro lado, refere-se à injustiça simbólica, como a dominação cultural, o não reconhecimento e o desrespeito, na medida em que os grupos marginalizados – os que são homossexuais, ou os trans, ou os negros ou as mulheres – lutam pelo respeito e pela inclusão.

Embora Fraser separe analiticamente as lutas sobre redistribuição e reconhecimento, no entanto, na prática, na vida das pessoas, essas coisas geralmente estão entrelaçadas. Homens brancos sem diplomas universitários votaram em 2016 pelo reconhecimento e redistribuição: eles queriam ser reconhecidos como homens que não podiam mais ser o sustento da família e que, portanto, temiam que lhes fosse negado o direito de ser homens. Muitos nessa categoria sentiram sua brancura ser ridicularizada, seu povo considerado intolerantes, as mulheres ganhavam poder e o Estado aparentemente estava favorecendo pessoas de cor através de políticas de ação afirmativa.

A direita nos EUA tem sido mais adepta a entender essa dinâmica do que a esquerda e conseguiu capitalizar e promover as narrativas culturais americanas disponíveis, tais como:

- O Pobre Merecedor versus o Não-merecedor (a idéia de que alguns se tornaram pobres porque os seus trabalhos foram tirados de eles, contra aqueles que simplesmente não querem trabalhar);
- Nativismo (uma ansiedade de que os imigrantes não estão apenas tirando os trabalhos dos Merecedores, mas também numericamente estaeriam transformando a América em um lugar menos branco); e
- Os homens devem ser sustentadores de família (o que implica que as mulheres que tentam liderar ou competir devem ser colocadas de volta em seu lugar).

Essa implantação bem-sucedida de discursos de reconhecimento e redistribuição cria e sustenta uma política de ressentimento que marca homens da classe trabalhadora branca.

Com poucas exceções, as discussões americanas da esquerda envolvem uma maior desconexão entre as políticas de redistribuição e reconhecimento. A política da justiça econômica, a política da justiça cultural (por exemplo, casas de banho trans-amigáveis) e a política do meio ambiente são apresentadas por movimentos que muitas vezes são hostis uns aos outros. Grupos como Black Lives Matter, que combinam a política de reconhecimento e redistribuição, ainda não ressoaram com uma ampla audiência. Embora seja sempre mais difícil unir a esquerda - por muitas razões, tanto discursivas quanto materiais - essa concatenação de fatores trouxe o direito ao poder e ocasionou que homens brancos da classe trabalhadora fossem absorvidos por suas promessas. ■

> Imigração e políticas na era Trump

Por **G. Cristina Mora**, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA



O presidente Trump está desprezando o primeiro princípio da história dos EUA - que a América é uma terra de imigrantes.

A corrida até novembro de 2016 incluiu muita retórica sobre quem fez a América grande, e quem provocaria a sua queda moral e econômica. No centro desse debate estavam os imigrantes: queixas sobre os “homens maus” e “criminosos” do México e outros lugares salpicaram os discursos de Trump e os bombardeios de campanha. Equacionar imigrantes e criminosos, juntamente com uma conversa contínua sobre o deslocamento de emprego, nutriu um coro nacionalista e anti-imigrante que atingiu o seu crescendo durante a Convenção Nacional Republicana, em que Trump se posicionou frente a um fundo que ilustrava a fronteira EUA/México, com multidões cantando “*Construa um muro*”.

Para muitos estudiosos da imigração, o exagero parecia perigosamente deslocado, por três razões. Primeiro, na última década o saldo migratório foi praticamente zero. Todos os anos muitos imigrantes deixam o país assim como chegam, e os dados mais recentes sugerem que cada vez mais mexicanos estão saindo do que se mudando para os EUA. A era da migração em massa para os EUA terminou, apesar do clamor político sobre uma invasão repentina “ilegal” ou uma onda de imigração. Em segundo lugar, muita pesquisa, incluindo pesquisa do Escritório de Orçamento do Congresso, indica que os imigrantes fornecem um ganho econômico geral para a nação. Imigrantes, mesmo que não autorizados, pagam impostos e imigrantes de segunda geração formam um dos grupos mais empreendedores do

país. Além disso, os imigrantes são menos propensos do que os nativos a se inscreverem em programas de assistência pública, um fato que muitas vezes é perdido em políticos e blogs que alertam para possíveis fraudes latinas no seguro social. Por último, os imigrantes *desejam* se integrar. Longe de ser uma ameaça cultural para a nação, a grande maioria dos imigrantes, e especialmente os filhos, aprendem o inglês. E para o que vale a pena, a maioria dos imigrantes também é religiosa; na verdade, a grande maioria dos “homens maus” mexicanos nos Estados Unidos professam alguma fé cristã - um fato que uma vez levou Ronald Reagan a declarar que os latinos eram republicanos, e que eles somente ainda não sabiam.

Mas apesar desses achados de pesquisa se avolumarem, o exagero sobre os perigos da imigração persiste. Mas isso se deve somente à política de direita? Nem tanto. A mídia centrista e os Democratas *mainstream* também adicionaram combustível a esse incêndio. Embora não tão explicitamente quanto os meios de comunicação conservadores, canais como o *The New York Times*, por exemplo, muitas vezes comentam mais sobre os custos e crimes da imigração do que os benefícios para a sociedade. E, apesar da eventual aprovação da DACA (*Ação Diferida para Ingressos Infantis*)¹, o governo Obama realizou as mesmas políticas de deportação implementadas durante o governo Bush, eventualmente deportando mais imigrantes do que os dois antecessores anteriores, um recorde que lhe valeu o título de “Deportador-chefe”. Para o seu crédito, a sua administração colocou mais peso em deportar imigrantes recém-chegados, em vez de estabelecidos -, mas isso pouco contribui para atenuar a situação, segundo os defensores dos direitos dos imigrantes que esperavam uma reforma abrangente da imigração e que foram atraídos pelas declarações de campanha do “*Yes we can*”.

E, no entanto, a ideia de que os democratas poderiam defender os direitos dos imigrantes pareceu promissor nos meses que antecederam novembro de 2016. Tim Kaine, candidato à vice-presidência democrata, incrementou seu discurso da Convenção Nacional Democrata com frases em espanhol, prometendo aos imigrantes que o Partido Democrata priorizaria a reforma abrangente da imigração. Clinton realizou comícios no Texas e na Flórida, prometendo continuamente que seguiria adiante com a imigração e

>>

faria o que a administração Obama não havia feito. Grupos de *lobby* latino-hispânicos/latinos agarraram-se a essas promessas, desencadeando uma campanha massiva de exortação que eventualmente, ajudou a manter os democratas em vários estados do Sudoeste e impulsionou a primeira Latina para o Senado dos EUA.

Os grupos de *lobby* asiáticos não ficaram muito atrás. Embora menos numerosas do que as latinas, as organizações asiáticas constituem uma parte significativa do movimento de direitos de imigração. Nos meses anteriores às eleições, os *lobbies* asiáticos alegaram que os eleitores asiáticos fariam a diferença em estados como a Virgínia e Nevada. Eles também lançaram impressionantes campanhas de registro de eleitores, alertando que os democratas seriam sábios para fazer da reforma da imigração uma parte central da plataforma deles.

Mas, apesar desses impressionantes esforços, os latinos e os asiáticos não conseguiram alterar os resultados eleitorais. O destino da nação foi decidido em comunidades de pequenas cidades em Michigan, Pensilvânia e Ohio – e não em localidades costeiras de presença imigrante. Na verdade, os antigos estados industriais no meio do oeste testemunharam uma duplicação da população imigrante desde o início da década de 1990, quando os imigrantes assumiram postos de trabalho não só em áreas agrícolas, mas também em fábricas. O aspecto e a cultura do “estranho” tornaram-se provavelmente um alvo para figuras políticas de direita que precisavam reunir a sua base eleitoral de alguma maneira. Foi mais fácil para os políticos culpar imigrantes pela perda de emprego e pelos problemas econômicos do que falar de forma mais abrangente sobre a mecânica do capitalismo global e o aumento da desigualdade.

Então aonde vai parar a causa dos direitos dos imigrantes – especialmente se os dados concretos não são ouvidos por políticos em Washington? A resposta não é clara, exceto para dizer que os estados serão o âmbito imediato de suporte à imigração. A Califórnia, por exemplo, fornece cobertura de saúde e licenças de motorista para imigrantes não-documentados, garantindo algum conforto e sensação de integração legal. Cidades e outros países se proclamaram “santuários”, um movimento simbólico que comunica resistência à administração Trump.

Ainda assim, a estrada é sombria. Trump controla o mesmo regime intrincado de deportação refinado por Obama e, em seu primeiro ano, continuou a vincular a imigração ao crime. A sua proibição de viagens muçulmanas, por exemplo, reativou uma conversa nacional ligando os muçulmanos ao terrorismo. O seu perdão de Joe Arpaio, o xerife do Arizona que violou um pedido judicial ao deter imigrantes simplesmente porque não foram autorizados, voltou a comunicar sua mensagem de “homens ruins”. Além disso, Trump pretende acabar com o DACA, mesmo que o programa seja direcionado para chegadas de infância que não tenham sido condenadas por um crime grave e não representem uma ameaça para a segurança pública.



O presidente Trump está ameaçando rescindir as proteções sob a Ordem Executiva de Obama conhecida como DACA (Ação Diferida para Chegadas Infantis) para aqueles que chegaram aos EUA ilegalmente quando eram menores de idade. Eles são conhecidos como Sonhadores.

O protesto é a resposta? Em 2006, centenas de milhares de ativistas dos direitos da imigração tomaram as ruas, cantando: “Hoje nós marchamos, amanhã nós votaremos” e “Os direitos de imigração são direitos humanos”. Mais de uma década se passou, mas nenhuma promessa chegou à concretização. Sem anistia, os imigrantes não se tornaram cidadãos votantes. E os apelos dos ativistas aos “direitos humanos”, ou a esperança de que os americanos vejam os imigrantes como parte de uma cidadania global comunal, parecem terrivelmente inadequados em nossa era atual do nacionalismo americano de estilo Trump. E hoje os ativistas temem que futuros protestos possam desencadear uma reação: o número de ordenanças anti-imigrantes locais aumentou logo após os protestos de 2006.

A reforma da imigração é uma peça de jogo usada por ambos os lados. A luta para reunir as famílias e dar aos imigrantes a oportunidade de realizar o sonho americano é certamente digna - e os ativistas dos direitos dos imigrantes trabalham incansavelmente por essa causa. Nenhum dos pais deve ser separado de seus filhos nascidos nos EUA, e a nenhum indivíduo deve ser negado segurança, abrigo e outras oportunidades simplesmente porque eles nasceram no lado errado de uma parede. Ao mesmo tempo, devemos reconhecer mudanças em larga escala na política de imigração dos Estados Unidos que provavelmente nunca se desenvolverão, porque o sistema fornece exatamente o que é suposto. Conforme projetado e operado, fornece uma força de trabalho cativa que subsidia nossos mercados globais e permite a exploração. Nenhum alívio temporário, mudanças de políticas menores ou programas de anistia de curto prazo podem mudar essa dinâmica maior. ■

¹ A Ação Diferida para Chegadas de Infância (DACA) foi uma Ordem Executiva de Obama que permitiu que indivíduos que entraram no país como menores e entraram ou permaneceram no país ilegalmente recebessem um período renovável de dois anos de ação diferida de deportação fossem elegíveis para uma autorização de trabalho.

> O assalto de Trump aos sindicatos

Por **Ruth Milkman**, Universidade da Cidade de Nova Iorque, EUA e membro do Comitê de Pesquisa ISA sobre Movimentos Trabalhistas (RC44)



Depois que o candidato presidencial Donald Trump apelou com sucesso às bases, os líderes sindicais começaram a se apresentar atrás do presidente. Aqui, o presidente Trump está rodeado por líderes sindicais na Casa Branca.

O bituários para o movimento trabalhista dos EUA eram um item bastante desgastado do discurso político de esquerda muito antes da ascensão inesperada de Donald Trump à presidência. Há décadas, tanto a parte sindicalizada da força de trabalho como a incidência de greves diminuíram constantemente – tendências que se aceleraram rapidamente após as eleições de 1980 de Ronald Reagan, cujo apelo popular à classe trabalhadora branca da zona de desindustrialização prefigurava a campanha de Trump 36 anos depois. Reagan ganhou uma parcela um pouco maior de eleitores de famílias sindicais (45%) em 1980 do que Trump fez no ano passado (43%), fato que foi eliminado da memória pública.

É claro que o colapso da mão-de-obra nos anos intermediários reduziu consideravelmente o denominador dos eleitores sindicais. Até 2016, apenas 10,7% dos trabalhadores ocupados dos EUA e 6,4% no setor privado eram membros de sindicatos, abaixo de um pico de cerca de 35% em meados da década de 1950. As taxas de greve também caíram precipitadamente no início dos anos 80, e as greves que ocorreram eram muitas vezes esforços motivados pelo empregador para forçar os sindicatos a se conformar com conquistas anteriores. As leis do “Direito ao trabalho” (que proíbem sindicatos no setor privado) se espalharam para 27 estados até o final de 2016 (acima dos 20 estados em 1975), incluindo fortalezas sindicais anteriores como Michigan e Wisconsin; Em fevereiro passado, um 28º estado (Missouri) juntou-se a essas fileiras. E, como todos sabem, a desmobilização de sindicatos poderosos foi acompanhada pelo elevado da desigualdade nos últimos 40 anos.

O único espaço favorável para o trabalho organizado nos últimos anos tem sido o setor público, onde as taxas de sindicalização são muito maiores e relativamente estáveis. Mas depois da Grande Recessão, isso também começou a mudar, como a onda da nova legislação limitando os direitos de negociação coletiva do setor público que ganhou força em estados controlados pelos republicanos. O garoto-propaganda era Wisconsin, que em 1959 foi o primeiro estado a legalizar a negociação coletiva do setor público. Em 2011, o governador republicano recentemente eleito, Scott Walker, promoveu um projeto de lei que restringe radicalmente os direitos sindicais do setor público. Apesar dos protestos públicos maciços, a medida passou, e Walker orgulhosamente assinou em lei.

Os resultados foram devastadores: a participação sindicalizada dos trabalhadores do setor público de Wisconsin caiu de 50,3% em 2011 para 22,7% em 2016. E, como Gordon Lafer mostra em seu livro de 2017, *The One Percent Solution*, Wisconsin foi apenas a rodada de abertura em uma sistemática campanha de direita para minar os sindicatos do setor público em todo o país - não menos importante porque os sindicatos continuam sendo uma fonte de financiamento para candidatos políticos democratas. Em nível nacional, a taxa de sindicalização do setor público caiu apenas ligeiramente, passando de 36,8% em 2008 para 34,4% em 2016. Mas isso mudará à medida que mais estados vermelhos (republicanos) seguirem a liderança de Wisconsin.

Durante o primeiro ano de governo Reagan, a classe trabalhadora branca foi brutalmente traída por um candidato que muitos membros tinham abraçado - ele próprio era ex-sindicalista. Reagan demitiu milhares de controladores de tráfego aéreo após eles entrarem em greve em 1981 - um evento lembrado desde então como um momento crucial na trajetória descendente dos sindicatos nos EUA. Somado a isso, o sindicato dos controladores aéreos havia apoiado Reagan na campanha presidencial no ano anterior. Embora

os trabalhadores federais sejam legalmente proibidos de fazerem greve, eles fizeram isso; a resposta draconiana de Reagan à paralisação dos controladores aéreos foi sem precedentes na era do pós-guerra. Esmagar o sindicato deles foi o drama trabalhista icônico da era Reagan, mas a sua administração também tomou muitas outras medidas para enfraquecer os sindicatos - mesmo eliminando brevemente dados federais sobre a adesão sindical (um movimento que logo foi revertido diante dos protestos empresariais).

Os discursos da campanha de Trump regularmente homenageavam o “homem esquecido”, evocando imagens físicas de masculinidade incorporadas no trabalho manual, especialmente na indústria da construção, onde ele fez sua própria fortuna. Ao mesmo tempo, ele desprezava os estudantes de faculdade empregados em mesas ou em cubículos em vez de em fábricas ou locais de construção. A empatia retórica de Trump para a classe trabalhadora branca e a sua postura anti-elitista em nome daqueles que Clinton rejeitou como “deploráveis”, repete os apelos de Reagan aos chamados “Reagan Democrats”. Mesmo o slogan “*Make America Great Again*” é uma recauchutagem, criada pela primeira vez para Reagan em 1980.

Mas se sua retórica está repleta de tais ecos, as políticas trabalhistas reais de Trump são - pelo menos até agora - muito menos abertas do que os ataques anti-sindicais de Reagan. Mesmo que o público seja atraído pelo fluxo constante de tuítes e discursos bombásticos de Trump sobre outros tópicos e pela incessante turbulência dentro da Casa Branca, uma agenda anti-trabalhadora alimentada pela direita silenciosamente marcha adiante debaixo do radar. De acordo com a retórica da campanha, a administração de Trump tomou medidas para dismantelar várias regulamentações trabalhistas promulgadas nos anos de Obama, principalmente buscando eliminar o aumento pendente no limiar de salário (inalterado desde 1975) para a elegibilidade automática para pagamento de hora extra. E, embora raramente seja enquadrado como um problema “trabalhista”, a revogação do “*Obamacare*” (programa de seguro de saúde de Obama) prejudicaria desproporcionalmente a classe trabalhadora branca.

As nomeações de Trump para os cinco membros do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (NLRB), órgão que governa a negociação coletiva do setor privado dos EUA, foram notoriamente antisindicais, em outro eco dos anos Reagan. Dois membros da NLRB nomeados pelo Trump já estão no local e um terceiro se juntará a eles quando o mandato de um titular expirar este dezembro. Nesse ponto, os nomeados por Trump efetivamente controlarão o Conselho de Administração; A partir de 2018, uma longa série de decisões pró-trabalhador emitidas nos anos de Obama certamente serão revertidas. O candidato inicial de Trump para dirigir o Departamento de Trabalho dos EUA, o magnata do setor de *fast food* Andrew Puzder, foi forçado a se retirar, mas isso se deveu à sua história de

suposta violência doméstica e ao fato de ter empregado um imigrante indocumentado, não por causa de sua oposição vocal às regulações trabalhistas.

Para os sindicatos dos EUA, a nomeação mais significativa de Trump, no entanto, é o de Neil Gorsuch para a Suprema Corte. Praticamente todos os observadores esperam que o voto de Gorsuch seja decisivo no caso *Janus versus AFSCME*, atualmente no registo de causas pendentes. O caso, trazido por um pequeno grupo de funcionários públicos de Illinois com o apoio da Fundação Nacional de Direito ao Trabalho e do conservador Liberty Justice Center, ameaça eliminar as taxas de “participação justa” ou “agência” pagas por não membros abrangidos pelo setor público acordos coletivos. A maioria das leis estaduais exige que os sindicatos do setor público representem todos os trabalhadores em suas unidades de barganha, não apenas aqueles que se inscrevem como membros; as taxas justas são destinadas a cobrir os custos dessa representação e a evitar “mercenários”. Alguns estados (incluindo Wisconsin e Iowa) já proíbem tais taxas; *Janus* estenderia a proibição em todo o país. Esse será um golpe devastador para os sindicatos do setor público, tanto nos Estados Democráticos quanto nos republicanos.

Não é uma conclusão inevitável que essa abordagem opressiva se estenda para todo o trabalho organizado, no entanto. Até o momento, as relações de Trump com os sindicalistas seguiram uma estratégia clássica de “divisão e conquista”, junto de linhas demarcadas por raça e gênero. No primeiro dia em que começou a trabalhar, Trump convidou um grupo de sindicalistas de comércio de construção para a Casa Branca; Posteriormente, ele realizou reuniões semelhantes com autoridades sindicais da polícia. Esses líderes trabalhistas representam uma associação que

é esmagadoramente masculina e em grande parte branca. Outro elemento no esforço para retirar os setores mais reacionários do trabalho organizado é a aproximação de Trump com o sindicato que representa agentes de controle de fronteira, cujos postos ele já planeja expandir. A sua oposição declarada ao NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e outros acordos de livre comércio também ressoaram com alguns líderes sindicais no que resta do setor manufatureiro, embora outros tenham questionado suas afirmações de “falsas notícias” sobre a manutenção de empregos fabris nos Estados Unidos.

No entanto, essas propostas amigáveis são conspicuamente ausentes quando se trata dos setores público e de serviços, compostos principalmente por mulheres e pessoas de cor – e, em alguns casos, também incluem os trabalhadores imigrantes que a retórica xenófoba de Trump regularmente repudia. Seus esforços implacáveis para transformar os trabalhadores nascidos nos EUA – a grande maioria dos que não são sindicalizados – contra os trabalhadores imigrantes é outra estratégia ainda mais ameaçadora de divisão e conquista. Aqui Trump desvia-se bruscamente de Reagan, que presidiu a última grande reforma de imigração (Lei de Controle de Imigração e Controle de Imigração de 1986) e concedeu anistia a milhões de imigrantes não-documentados. Mas com essa importante exceção, a abordagem de Trump ao trabalho e aos sindicatos é estranhamente semelhante à do “Grande Comunicador”. Se alguma vez houve um caso de compêndio de história que se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa, é isso. ■

Contato com Ruth Milkman <rmmilkman@gmail.com>

> Brumário Americano?

Por **Dylan Riley**, Universidade da Califórnia, Berkeley, Estados Unidos

Napoleão Bonaparte III, presidente da França 1848-52, o protótipo de Karl Marx de um líder carismático que aparece, como o presidente Trump, quando a classe capitalista perdeu a hegemonia.



A vitória de Trump marca uma mudança fundamental na política dos Estados Unidos? Sim, mas provavelmente não no sentido que você imagina. Longe de refletir

um fascismo incipiente, a presidência de Trump representa uma tendência ao "neobonapartismo": ou seja, coloca um líder carismático no lugar de um projeto hegemônico. Assim como sua versão francesa do século XIX, esse

>>

bonapartismo tardio vincula-se a uma crise de hegemonia que decorre da erosão da base material que permitiu à classe capitalista dos Estados Unidos perseguir seus próprios interesses ao mesmo tempo em que alegava representar os interesses da sociedade em geral. Essa crise fragmentou e fragilizou o sistema partidário no contexto de um Estado pré-moderno e de uma população despolitizada. Qualquer resposta política adequada a Trump precisa atentar para os aspectos econômicos e sociais subjacentes que tornaram possível sua eleição.

> Hegemonia e crise

Dos anos 1930 aos 1970 – período demarcado por duas crises econômicas – a classe capitalista nos Estados Unidos manteve uma hegemonia fordista, baseada em salários elevados, lucros saudáveis e (quase) pleno emprego. A longa prosperidade do pós-guerra permitiu às administrações democratas e republicanas proporcionarem ganhos significativos para a classe trabalhadora. Mas a partir de 1973, o esfriamento da economia solapou esse regime. Para as elites econômicas, o rápido crescimento da produtividade e lucros cada vez maiores tornaram tolerável a expansão do Estado de bem-estar. Mas quando a competição de Alemanha, Japão, os Tigres Asiáticos e finalmente a China derrubaram as taxas de lucro, as regras do jogo mudaram. A partir da metade dos anos 1970, o capital partiu para a ofensiva e os dois partidos se ajustaram rapidamente. O recuo do Estado de bem-estar começou com Carter e continuou até os anos de Obama. A nova fórmula hegemônica foi o neoliberalismo, que prometia liberdade e autodeterminação por meio do mercado a uma massa de trabalhadores re-imaginados como consumidores. Ao invés de aumentos salariais e programas sociais, a base material do consentimento passou a ser a redução de impostos.

A crise dessa fórmula neoliberal estourou em 3 de outubro de 2008, quando o *Troubled Assets Relief*

Program (TARP) de 700 milhões de dólares, que salvou os bancos, revelou a hipocrisia da ideologia de livre-mercado. Elementos neoliberais persistiram durante o governo Obama, combinados com concessões (relativamente sem custos) a temas ambientais e LGBTQ. Mesmo assim, a administração Obama não pode ser considerada simplesmente neoliberal. Obama levou o auxílio ao capital financeiro e aos investidores ricos ainda mais longe do que Bush, em particular com os benefícios massivos concedidos ao setor de seguros em virtude do *Affordable Care Act* (o programa de assistência de saúde de Obama, frequentemente chamado de Obamacare). Na era Obama, a relação entre proprietários privados e Estado foi reorganizada, e setores da economia capitalista se tornaram cada vez mais dependentes.

Trump conseguiu politizar o colapso do neoliberalismo. Embora seu programa econômico tenha sido escrachado em todo o espectro de opinião respeitável – o colunista do *New York Times* (e economista laureado com o Nobel) Paul Krugman condenou seu discurso de posse por evocar “uma distopia de colapso social e econômico que tem pouco a ver com a realidade estadunidense” – os problemas básicos que Trump assinala são demonstravelmente reais. Em 1980, o setor fabril ainda gerava 22% dos empregos, cifra que chegava a 30% na maioria dos municípios a leste do Mississippi, tanto no norte quanto no sul; no sul da Califórnia e no noroeste da costa do Pacífico, empregos da indústria aeroespacial somavam-se a esses. Em 2015, o emprego fabril tinha desabado para meros 10%, afetando não somente o “Rust Belt” ao norte do Meio Oeste mas também – e de modo crucial – os estados do Sul e do Oeste. A desindustrialização trouxe consequências sociais reais, levando à pobreza, ao abuso de drogas e coisas desse tipo.

Enquanto a base fabril dos Estados Unidos foi esvaziada e os salários médios estagnaram, a remuneração

dos executivos disparou. Os interesses da classe capitalista divorciaram-se cada vez mais da sociedade abrangente. Nesse sentido específico é que a eleição de Trump exprime uma crise de liderança da classe dominante. A elite social dos Estados Unidos não consegue mais defender de modo plausível que seus interesses particulares coincidem com os da maioria da população.

> 2016: uma eleição curinga?

Em certo sentido, a eleição de 2016 foi um curinga histórico. Mas três fatores estruturais poderosos a tornaram possível: a derrocada de um sistema partidário que permitiu tanto a revolta Trump quanto a revolta Sanders, o caráter pré-moderno do Estado norte-americano e, finalmente, a ampla apatia política. O primeiro fator é óbvio demais para merecer muita discussão, mas vale a pena analisar os outros dois.

As peculiaridades institucionais pré-modernas do Estado americano tiveram papel enorme na vitória de Trump. Projetado para proteger os interesses de uma oligarquia escravocrata por meio da distorção do voto, o sistema estadunidense guarda semelhanças com o império alemão de Guilherme II ou o parlamento italiano dos dias de Giolitti: sufrágio limitado, sistema de votação *first-past-the-post*, exigências elevadas para conseguir votar e o colégio eleitoral baseado nos estados. Trump venceu a presidência apesar de perder no voto popular por uma margem de quase três milhões. De fato, a deformação de Antigo Regime do sistema político estadunidense se tornou cada vez mais evidente com o avanço da urbanização.

A grande apatia política também foi essencial. Apenas cerca de 55% da população habilitada participou da eleição. Como sempre, o comparecimento foi distorcido em favor dos eleitores mais ricos e instruídos. Os eleitores democratas parecem ter se mantido mais afastados das urnas do que os republicanos: de

acordo com uma pesquisa, 46% dos republicanos registrados votaram, enquanto para os democratas a proporção foi de 42%. Os não-brancos ficaram sobrerrepresentados entre os não-votantes. Um pequeno aumento nos votos democratas teria tido a capacidade de frustrar Trump.

> Erosão do consentimento

Qual a solução proposta por Trump? À luz de sua incapacidade de aprovar novas leis, parece que ela se resumirá a destroçar regulações ambientais e de segurança “desnecessárias” para reduzir os custos de produtores, construtores e consumidores, estimulando assim a demanda. Altos impostos de importação e o bloqueio da imigração ajudariam também a maximizar os empregos fabris para os nativos. Contudo, a ideia de que a “regulação” compromete o investimento nos Estados Unidos é no mínimo bizarra.

Uma reconfiguração geopolítica estaria em curso? Ainda que totalmente inepto para criar a aura que normalmente acompanha a política externa dos Estados Unidos (basta lembrar a retirada do inofensivo acordo de Paris e a rejeição de proposições inócuas sobre “direitos humanos” e “democracia”), nenhuma grande mudança parece à vista: a OTAN e o Japão têm apoio incondicional;

e as guerras de Bush e Obama serão estendidas indefinidamente.

> O futuro

Quais serão os novos padrões da disputa política? Nas relações internacionais, Trump planeja um crescimento econômico “capitalista-de-Estado” turbinado pelo investimento em infraestrutura, acompanhado de uma estratégia bruta de negociação internacional. Mas esse plano parece fundamentalmente incoerente. Como os Estados Unidos poderiam se endividar pesadamente e ao mesmo tempo assumir uma postura de confronto em relação à China, cuja poupança presumivelmente financiará toda essa gastança? Só podemos prever conflitos acirrados entre frações da classe dominante com graus variáveis de acesso aos recursos do Estado.

Trump não é um fascista porque ele não tem nem partido, nem milícia nem ideologia; sua política externa é “isolacionista”, e não expansionista no sentido fascista clássico. Já Berlusconi pode até parecer uma comparação óbvia, mas há duas grandes diferenças. Primeiro, o magnata italiano sempre foi uma figura do *establishment*, à diferença de Trump: com um vasto império midiático à sua disposição, ele possui um vínculo direto e íntimo com

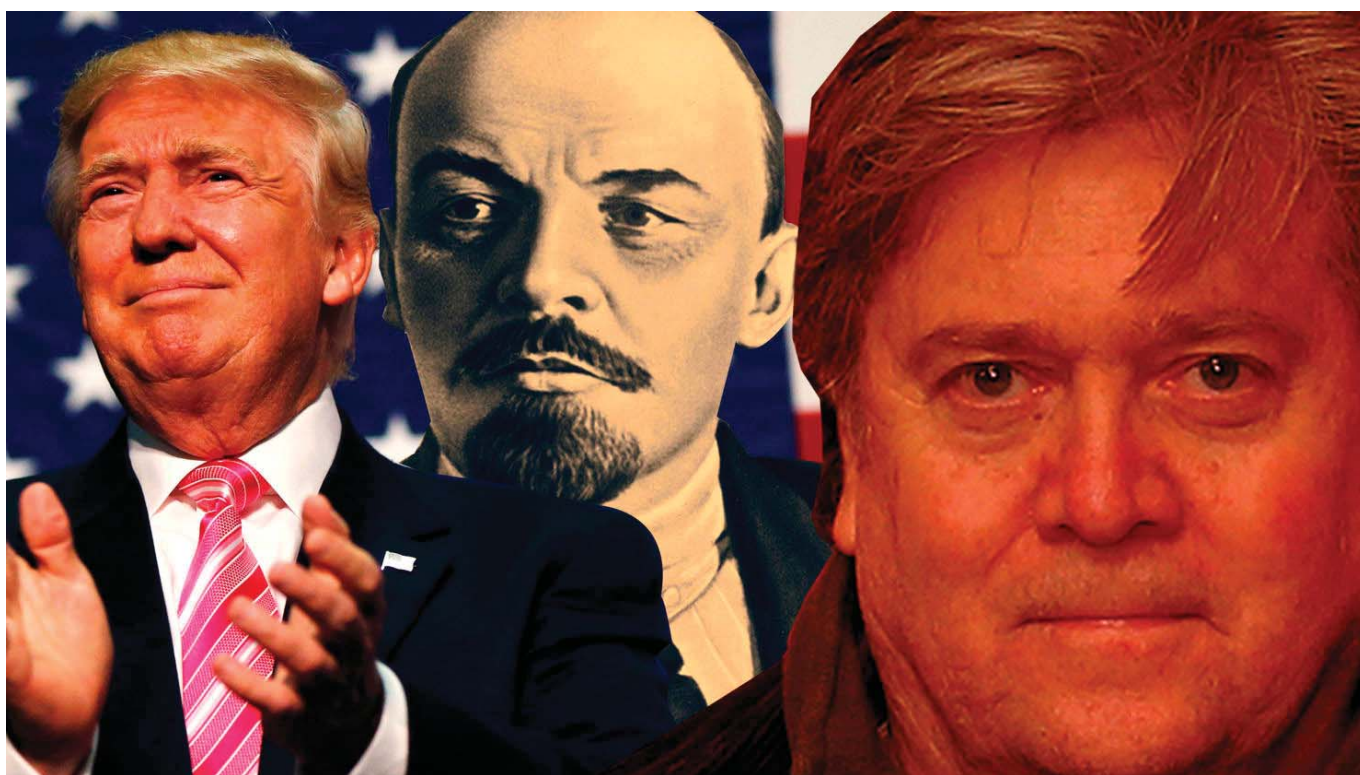
a classe política, o que Trump não tem. E talvez ainda mais importante do que isso, a inspiração de Berlusconi é Ronald Reagan – ele sempre mobilizou o anseio dos italianos por uma normalidade de estilo “americano”. Em resumo, Berlusconi foi um neoliberal tardio – um tipo de papel do qual Trump claramente se afasta. Putin ou Orbán podem oferecer analogias mais úteis. Desse ponto de vista, Trump pode ser visto como uma figura “neopatrimonialista”, que visa formar uma corte informal de seguidores e recompensá-los com benesses do Estado.

Um programa econômico “trump-keynesiano” – algo cada vez mais improvável – poderia direcionar recursos federais para o Meio Oeste, com a perspectiva de cimentar uma coalizão eleitoral permanente. Mas o projeto de acelerar o crescimento da economia dos Estados Unidos por meio de uma forma aparentemente anacrônica de capitalismo de Estado parece muito improvável. Portanto, podemos esperar cada vez mais desgaste e declínio. Por outro lado, a profunda fratura aberta na elite pela vitória de Trump pode trazer possibilidades reais de mudança nos Estados Unidos. ■

Contato com Dylan Riley
<riley@berkeley.edu>

> A ascensão da direita leninista

Por **Cihan Tuğal**, Universidade da Califórnia, Berkeley, Estados Unidos



Steve Bannon, arquiteto intelectual da alt-right, explicitamente traça o chamado de Lenin para a destruição do Estado.

A vitória do populismo de direita nos Estados Unidos surpreendeu metade da nação. Se a contextualizarmos historicamente, no entanto, está longe de ser chocante. Em resumo, os ciclos de prosperidade e crise da era neoliberal esgotaram-se. Crise econômica não é diretamente traduzida em um problema político mais amplo, mas o ataque ideológico (pós-década de 1970) contra todas as formas de coletivismo privou a humanidade de soluções ao centro e à esquerda para consertar o capitalismo. Involução neoliberal e anti-coletivismo são

tendências globais e não as aprofundarei neste texto. Nos Estados Unidos, essas tendências foram agravadas, durante as últimas décadas, pela migração histórica da linguagem e dos políticos populistas da esquerda para a direita. Como resultado, a esquerda não consegue sequer elaborar uma ameaça populista adequada (muito menos salvar o capitalismo ou derrubá-lo), enquanto a ameaça da direita é cheia de energia, espírito e promessas – ainda que não de soluções reais.

> A liberalização da esquerda

A esquerda não consegue mais falar convincentemente num tom populista. Ela simplesmente não sabe como. Além disso, a maioria de seus ideólogos não o quer. Para entendermos a falta desse tom populista na esquerda norte-americana, precisamos olhar para a pré-história do anti-populismo de nossa era.

Paradoxalmente, traço essa involução a partir do que parece ter sido a revolta mais democrática do século XX: 1968 (como experiência Ocidental). Apesar de seu anti-capitalismo, 1968 foi uma revolta contra os excessos estatistas e burocráticos do estalinismo, da social-democracia e do *New Deal*. Embora justificado em muitos aspectos, o clima anti-burocrático daquele momento fez com que muitos tirassem lições erradas da queda do estatismo e da vitória do (neo)liberalismo. 1968 foi necessariamente um erro. A direita recuperou-se. A esquerda não.

Os dois maiores herdeiros de 1968 no Ocidente – a esquerda liberal e os movimentos autonomistas/anarquistas – desenvolveram uma suspeita incurável não somente de organizações, ideologias e lideranças, mas também de falar em nome das maiorias, “do povo”. Esses discursos (e políticos) foram marcados como totalitários (pela extrema esquerda) ou “irresponsáveis” e inúteis (pela esquerda liberal). Com a exceção do sul da Europa (onde o populismo de esquerda voltou à cena, mas sem âncoras ideológicas, organizacionais e de classe) e da América Latina, a direita ocupou a lacuna emergente.

Derrotado no papel, o espírito libertário de 1968 alimentou o anti-estatismo do neoliberalismo. Mas o resultado mais venenoso foi a subsequente divisão dos esquerdistas, entre um niilismo pós-modernista e um liberalismo de esquerda.

O que foi o projeto do liberalismo de esquerda? Embora global em suas causas e manifestações, o liberalismo

de esquerda encontrou sua expressão mais pura nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. O *slogan* foi a inclusão, o que substituiu a igualdade. Inspirado por sociólogos como Anthony Giddens, o novo centro anglófono (Novo Trabalhismo Britânico e Clintonismo) focou em dividir o “bolo” com cada vez mais pessoas. Nas três últimas décadas, a inclusão aumentou em termos de raça, gênero e orientação sexual – mas o “bolo” em si encolheu. Nesse sentido, negros e latinos – tanto homens quanto mulheres –, e até muçulmanos, de fato ganharam posições proeminentes em instituições com as quais antes sequer podiam sonhar; mas a população carcerária negra e latina aumentou nos Estados Unidos, assim como o número de muçulmanos bombardeados, embarcados e tornados famintos pelos Estados Unidos.

O liberalismo de esquerda comunicou-se com as minorias por meio de programas direcionados de bem-estar social; mas, uma vez que os líderes Democratas evitavam tirar dos peixes grandes, só puderam realizar tais programas vitimizando ainda mais os brancos que ficavam com uma fatia cada vez menor do “bolo”. Os brancos degradados passaram a ser percebidos como racistas, “um bando de deploráveis”; pessoas com as quais não podemos conversar. Uma realidade produzida pelo próprio projeto liberal de esquerda.

> A autodestruição da esquerda e seus benefícios para a direita

Como resultado, as minorias não são mobilizadas e organizadas de maneira contínua (produzindo a famosa “falta” de negros votantes nas eleições norte-americanas de 2016); os brancos degradados desconfiam de ambos os partidos, mas acham os Democratas mais abomináveis. Até o surgimento de Bernie Sanders, a esquerda estabelecida (tanto a esquerda liberal como os progressistas) caíram nesse jogo liberal de “diversidade” e “inclusão” liderado pelas elites. Essas dis-

posições políticas arraigadas tornam o cenário de um novo *New Deal* altamente improvável.

E a extrema esquerda? Apesar do forte desgosto da esquerda liberal, muitos intelectuais e ativistas radicais compartilham a celebração do “fim da ideologia” e da liderança organizada (resultando em “rizomas” na esquerda e eleitorismo entre Democratas progressistas). De Seattle ao *Occupy*, a esquerda norte-americana fez o seu melhor não apenas para evitar, mas para minar a liderança organizada. Assim, uma vez que o centro colapsou, a direita equipou-se ainda mais em resposta. Em primeiro lugar, a direita preservou tanto a ideologia como a liderança organizada. No papel, eles lutaram contra ambas, mas fabricavam ideologias, organizações e líderes despercebidamente.

Enquanto a esquerda queimava o que restara das ideologias e organizações de 1968 (até quando celebrava 1968 pela contracultura e pelo espírito libertário), a direita norte-americana organizava-se como uma revolta contra 1968. Mas, ao contrário de afirmar que lutava contra os resíduos da revolução, a direita foi organizada e ideológica. Seu sucesso em mudar o *mainstream* para a extrema direita foi, na verdade, construído a partir das estratégias e táticas reprimidas de uma ala esquecida de 1968: uma leitura particular da teoria da revolução de Lenin.

> O “Leninismo do século XXI” da direita norte-americana

A demissão de Steve Bannon – líder intelectual da “direita alternativa” norte-americana – antes do primeiro aniversário da presidência de Trump é um falso alívio. De fato, a aventura de Bannon na Casa Branca foi apenas um estágio de uma longa jornada – a migração da linguagem, de táticas e de estratégias revolucionárias-populistas da esquerda para a direita. Bannon teria dito: “Eu sou um Leninista. Lênin [...] queria destruir o estado e esse é o meu objetivo também. Eu quero levar tudo

“Eu sou um Leninista. Lênin queria destruir o Estado e esse é o meu objetivo também. Eu quero levar tudo abaixo e destruir todo o establishment atual.”

Steve Bannon, 2014

abaixo e destruir todo o establishment atual”. Mas em que consiste esse Leninismo? Em uma democracia complexa, o Leninismo só pode se manter como um populismo de revolução a longo prazo. Por décadas, as ciências sociais insistiram que em razão das instituições arraigadas, nenhum terceiro partido poderia ter sucesso nos Estados Unidos. Esse “fato científico” permitiu uma presunçosa certeza entre esquerdistas liberais e autonomistas/anarquistas (os quais encontraram nisso uma outra justificativa para, respectivamente, sua sobrevivência no neoliberalismo e sua evasão da política organizada). A extrema direita norte-americana subverteu esse “fato”. Foi como se eles tivessem seguindo uma versão revisada no século XXI da obra de Lênin (1902) *Que Fazer?*, começando com a frase: “Se não consegues construir um partido, paralisa o partido; contorna-o e assume o controle dele”. Eles fizeram essas três tarefas simultaneamente. O nosso imaginário *Que fazer?* revisado então continuaria: “Antes de te tornares líder do partido, certifica-te de que todas as suas instituições estejam aleijadas”. Se o Tea Party (um agrupamento populista entre os Republicanos) não tivesse paralisado o establishment republicano, este teria conseguido parar a ascensão de Trump.

O populismo de direita norte-americano é Leninista sob condições democráticas. Diferente dos bolche-

viques russos, que precisaram evitar quase toda luta política aberta e institucional, a direita norte-americana abraçou a sociedade. A versão revisada de *Que Fazer?* então diria: “Organiza-te em todas as células da sociedade. Não subestima nenhum veio de organização e de política, mesmo se (e especialmente se) parecer ser do campo inimigo”. A direita aprendeu a não deixar educação, ciência e cultura sob o monopólio da esquerda. “Apropria-te do terreno organizacional e da ideologia do inimigo na medida do possível. Desmantela o que não consegue apropriar”. Começando com Andrew Breitbart, fundador da mídia “direita alternativa”, a direita leu a Escola de Frankfurt; ela fez da saúde um grande negócio; e com o crescimento de Trump e Bannon, prometeu emprego e infraestrutura.

Hoje o Leninismo de direita não pode ignorar a existência de outras possíveis forças populistas à espreita no mapa social, por mais modestas que possam ser. O *Que Fazer?* do século XXI concluiria, então, com a sentença: “Se certas trincheiras do inimigo parecem estar fora do alcance de qualquer uma dessas táticas, provoca seus ocupantes em ações imaturas e ilegítimas”. Quando, no começo de 2017, a “direita alternativa” deu as caras na Universidade da Califórnia, Berkeley, e em outros redutos ainda fortemente influenciados pela esquerda, os liberais saíram em sua defesa (em nome da “liberdade

de expressão”), mas uma extrema esquerda sem base popular os atacou. O entusiasmo liberal por “liberdade de expressão” diminuiu ligeiramente depois de um “direitista-alternativo” ter dirigido um caminhão na direção de uma multidão antirracista em Charlottesville, mas o *Washington Post* ainda assim enfatizou a violência da extrema esquerda e a liberdade dos “direitistas-alternativos” quando eles voltaram para Berkley em setembro de 2017. Muitos coelhos foram mortos com uma cajadada só: o inimigo está dividido; sua confusão, falta de vontade e fraqueza estão expostas; sua reputação está manchada; e a extrema direita está ainda mais galvanizada.

Uma vez que “o Estado” hoje é mais complexo do que qualquer definição do século XX poderia capturar, “esmagá-lo” envolve ações muito menos dramáticas do que em 1917, pelo menos por enquanto. Nós ainda não sabemos o que a direita reserva para o momento em que as instituições existentes estiverem completamente incapacitadas, mas podemos descobrir em breve. Logo após seu pedido de demissão, Steve Bannon declarou “guerra” contra seus inimigos, dizendo alegremente que está retornando às suas “armas” (mídia eletrônica). Uma revolução populista numa terra de liberalismo arraigado (ainda que decaído) é uma batalha difícil e deve necessariamente sofrer contratempos. Mas o show está longe de terminar. ■

Contato com Cihan Tuğal
<ctugal@berkeley.edu>

> O adoecimento democrático no Brasil e na África do Sul

Por **Gay W. Seidman**, Universidade de Wisconsin-Madison, Estados Unidos, membro do Comitê de Pesquisa em Movimentos Trabalhistas da ISA (RC44)



O presidente Zuma da África do Sul, profundamente envolvido em escândalos financeiros, aqui ao lado de seus associados no crime, os irmãos Gupta.

Desde a inesperada vitória eleitoral de Trump, muita tinta tem sido gasta para descrever os desafios da globalização e a ameaça do populismo autoritário, mas a maior parte da discussão tem se focado nos países ricos do hemisfério norte. O que dizer, no entanto, sobre as novas democracias do hemisfério sul?

Nos últimos 25 anos, Brasil e África do Sul serviram como símbolos orgulhosos de uma nova era: depois de décadas de industrialização autoritária, duas das sociedades mais desiguais do mundo moveram-se firmemente na direção de construir sociedades democráticas, com líderes eleitos popularmente, equilibrando programas sociais inclusivos com crescimento econômico consistente e integração globatl.

Em ambos os países, movimentos populares da década de 1990 uniram sociedade civil, movimentos trabalhistas e comunidades pobres, tornando-se símbolos de uma possibilidade pós-colonial. Em ambos, partidos comprometidos com mudanças sociais chegaram ao poder por meio de eleições democráticas, buscando equilibrar crescimento econômico e cidadania democrática.

Como exportadores de minerais e outros produtos primários, ambos os países foram beneficiados pelos altos preços das *commodities* no começo dos anos 2000. Esses partidos de base popular encontraram um equilíbrio pragmático, mantendo investidores internacionais e cidadãos locais felizes, conservando laços com a economia global enquanto avançavam com políticas sociais que beneficiavam os pobres de comunidades historicamente excluídas.

Hoje, no entanto, atingidos pela queda nos preços das *commodities* globais, tanto o *Congresso Nacional Africano* (ANC) quanto o *Partido dos Trabalhadores* (PT) encontram-se em crise, despedaçados por acusações de corrupção e pela rápida perda de apoio popular. Em ambos os países, escândalos massivos de corrupção envolveram os principais funcionários do partido. Grandes companhias privadas em ambos os países subornaram partidos e políticos para ganhar grandes projetos de construção, subsídios para negócios privados e contratos públicos lucrativos, causando amplo desgosto e ira popular.

A corrupção não é nenhuma novidade em ambas as sociedades, certamente. Em ambos os países, a

industrialização autoritária foi historicamente alimentada por acordos políticos dentro da elite: governos repressivos estiveram intimamente ligados às grandes corporações, que dependiam dos favores de políticos e de contratos estatais para seu sucesso.

Mas a democracia criou uma nova transparência: instituições democráticas e a mídia revelaram detalhes que nunca foram visíveis no passado. Em ambos os países, instituições de investigação independentes, criadas como parte da nova estrutura democrática, juntamente com novas proteções para a liberdade de expressão, revelaram em detalhes níveis extraordinários de corrupção. Nas democracias, políticos e agências estatais podem ser desafiados em cortes abertas, permitindo certa transparência sobre o que antes eram negócios tão costumeiros quanto escusos.

No Brasil, o Partido dos Trabalhadores deu aos procuradores novos poderes, autorizando-os a oferecer sentenças mais amenas às testemunhas em troca de evidências – uma troca que foi central para a habilidade dos procuradores em revelar o escândalo da Lava Jato e os subsequentes, pelo uso de conversas gravadas que implicaram políticos de todos os matizes. Na África do Sul, uma nova unidade investigativa independente, nomeada pelo parlamento para um mandato único, foi criada na constituição pós-apartheid. No final de 2016, o “Procurador Geral”, um ombudsman criado constitucionalmente, revelou uma rede de contratos corruptos entre entidades estatais e empresas privadas no que foi chamado de “relatório de assalto ao Estado”. Desde então, vazamentos massivos de e-mails entre empresas governamentais e privadas deram aos mercados de notícias independentes da África do Sul mais detalhes, permitindo-lhes expor ao público como os contratos governamentais enriqueciam contratantes privados.

Como era de se esperar, essas revelações provocaram indignação popular. Em ambos os países, protestos massivos de rua receberam amplo apoio dos partidos oposicionistas – especialmente porque a queda do preço das commodities empurrou ambos os países para a recessão. Os programas sociais foram amplamente financiados pelos impostos sobre o valor agregado e de renda, ao invés de taxas sobre a riqueza ou propriedade; à medida que a recessão se ampliou, as novas classes médias urbanas mostraram sua raiva, nas mídias sociais e nas ruas.

A desilusão deixou a política em caos: políticos antes populares caíram em desgraça e as alternativas não se tornaram óbvias. Barões da mídia brasileira, de direita, apoiaram políticos conservadores no que muitos pesquisadores têm chamado de “golpe suave”: a ex-presidenta Dilma Rousseff, do PT, sofreu um impeachment não em razão de corrupção pessoal, mas porque aprovou manobras fiscais para continuar os gastos com assistência social durante a recessão.



As acusações de corrupção se espalham pela liderança dos principais partidos políticos no Brasil, incluindo o presidente Temer, bem como o popular ex-presidente Lula.

Os políticos conservadores brasileiros moveram-se rápido para consolidar seu poder. O atual presidente Michel Temer (um político de direita que foi o vice-presidente de Dilma até a campanha para tirá-la do poder) tem sido ligado a uma evidência de gravação em vídeo com subornos e malas cheias de dinheiro, mas Temer mostrou-se apto a permanecer no poder pelo uso de mecanismos legais obscuros. O senado brasileiro é dominado por políticos conservadores – muitos dos quais também enfrentam acusações de corrupção; o senado apoiou Temer por completo, rejeitando apelos por eleições antecipadas, reafirmando antigas tradições brasileiras de impunidade da elite.

Para os brasileiros pobres, a mudança no governo significa mudanças reais em termos de oportunidades e no dia-a-dia. O gabinete não eleito de Temer reduziu a maior parte das políticas assistenciais, cortou pensões e bolsas, impôs austeridade nos serviços sociais, alterou a legislação trabalhista e limitou os gastos sociais para o futuro.

Os escândalos deixaram o antes formidável Partido dos

Trabalhadores brasileiro em desordem. O ex-presidente Lula da Silva, a figura mais popular do partido, foi sentenciado, em primeira instância, a dez anos de prisão por corrupção (uma condenação da qual atualmente recorre); a base do partido – incluindo o movimento dos trabalhadores – está desiludida e desorganizada.

A dinâmica política da África do Sul possui surpreendentes paralelos com a desordem brasileira. Conforme a economia baseada em commodities do país se afundou na recessão, os contribuintes de classe média e alta ficaram cada vez mais indignados com os desvios de dinheiro público. A atual liderança do ANC está enredada em escândalos e mal conseguiu resistir a um voto de desconfiança, apesar de sua maioria parlamentar.

A corrupção pessoal do presidente Jacob Zuma está muito bem documentada: milhões de dólares do governo foram gastos em suas propriedades particulares, e processos correntes, bem como vazamentos de e-mails, têm revelado que contratos governamentais gigantescos foram entregues à família de Zuma e seus compadres – incluindo, sobretudo, os Guptas, um clã de imigrantes recentes cujo nome já se tornou sinônimo de corrupção flagrante.

Os políticos, é claro, não são os únicos malfetores – isso em qualquer país. Grande parte dos gigantes do petróleo, da construção e do agronegócio no Brasil foram pegos pagando grandes subornos a indivíduos e a partidos, em geral em troca de contratos governamentais lucrativos, tendo ocorrido o mesmo na África do Sul, onde muitas companhias sul-africanas de propriedade de brancos (assim como empresas menores pertencentes a negros e multinacionais alemãs, chinesas e britânicas) foram descobertas manipulando licitações e pagando propinas.

Vazamentos recentes também chamaram a atenção do público para profissionais a serviço de empresas globais de consultoria e advocacia: contadores licenciados e advogados validaram contratos fraudulentos, às vezes até maquiando-os para parecerem legítimos. Até firmas de relações públicas foram cúmplices: atuando em favor do grupo Gupta, a gigante britânica das relações públicas, Bell Pottinger, coordenou uma agressiva campanha de mídias sociais que (ironia!) buscou retratar os críticos de Zuma como agentes do “capital monopolista branco”.

É claro que o contexto e a história importam. Enquanto os políticos de direita do Brasil conseguiram reverter as reformas produzidas por um governo democraticamente

eleito, a maioria negra da África do Sul nunca permitiria um retorno à supremacia branca do *apartheid*. Assim como no Brasil, governos democraticamente eleitos trouxeram melhorias reais nas condições de vida dos habitantes pobres, desde acesso à eletricidade e água encanada até auxílios em dinheiro e aposentadorias.

Embora no Brasil pareça que o PT perdeu muitos de seus simpatizantes de classe média, os sul-africanos negros permanecem em geral alinhados com os esforços do ANC para expandir os programas de bem-estar. Ambos os países têm longas histórias de exclusão racial, mas as políticas sul-africanas explícitas de dominação racial ainda não cicatrizaram; as lealdades políticas continuam refletindo a luta contra o *apartheid*. Além disso, os sul-africanos negros de classe média, em geral ainda excluídos dos altos postos num setor privado dominado pelos brancos, conseguiram obter empregos públicos como professores, enfermeiros, policiais, burocratas ou políticos desde que o ANC chegou ao poder, o que contribuiu para consolidar sua lealdade.

Todavia, a lealdade ao ANC pode estar enfraquecendo, especialmente nas áreas urbanas, onde eleitores jovens exprimem grande frustração com as altas taxas de desemprego, serviços públicos inadequados e persistentes desigualdades em termos de riqueza e oportunidades. Um carismático (e corrupto) ex-líder da juventude do ANC conseguiu atrair muitos eleitores jovens para seu novo partido político, os “Guerreiros da Liberdade Econômica” (EFF), ao oferecer-lhes promessas muito vagas de mudança. Se Zuma conseguir se manter, o ANC pode perder a maioria parlamentar nas próximas eleições, possivelmente aumentando o poder do EFF, um partido autoritário e populista.

O que está a caminho? Em ambos os países, a ameaça de uma virada antidemocrática parece bem real – o tipo de ameaça sugerida pela eleição de Trump. Desde o começo dos anos 1990, cidadãos brasileiros e sul-africanos puderam contar com aliados poderosos, sobretudo os Estados Unidos, para apoiar e proteger suas frágeis democracias. Mas sob Trump, o silêncio da Casa Branca exacerba um mau-agouro global: poderiam os avanços democráticos sofrerem uma reversão? Mesmo sem apelar para um golpe militar propriamente, o governo brasileiro atual está destruindo os direitos de cidadania instituídos por um governo eleito; é improvável que vejamos o retorno da supremacia branca na África do Sul, mas a ameaça do populismo autoritário parece bem real. ■

> A Argentina sob análise

Por **Juan Ignacio Piovani**, Universidade Nacional de La Plata, Argentina, e membro dos Comitês de Pesquisa sobre Futuros (RC07) e Lógica e Metodologia (RC33) da ISA



As autoridades do CODESOC e o diretor da PISAC, Juan Piovani, se reuniram com o ministro da Ciência e Tecnologia em 2017 para discutir o futuro do Programa. Foto do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Pouco tempo depois de a comunidade científica argentina ter recebido com entusiasmo o anúncio do novo ministro da Ciência e Tecnologia, o ministro, um químico renomado chamado Lino Baraño, deu sua primeira entrevista mais detida. Falando ao jornal *Página 12*, Baraño mencionou como a pesquisa científica poderia aperfeiçoar a economia nacional, e descreveu seus planos para apoiar o desenvolvimento das indústrias de software, nanotecnologia e biotecnologia. Questionado sobre o papel das ciências sociais, Baraño concordou que elas deveriam receber atenção, mas, comparando-as com a teologia, insistiu que somente uma mudança metodológica radical poderia torná-las verdadeiramente científicas.

É evidente que a observação de Baraño provocou descontentamento entre os cientistas sociais, e o Conselho de Dirigentes das Faculdades de Ciências Sociais e Humanas (CODESOC) exigiu imediatamente que o ministro esclarecesse sua afirmação. Os Dirigentes esperavam uma explicação, talvez até mesmo algum tipo de pedido de desculpas. Ao mesmo tempo, desejavam um encontro pessoal com o ministro, no qual pudessem explicar como as ciências sociais contribuíram – e como poderiam contribuir futuramente – para a sociedade.

O ministro eventualmente concordou em comparecer à sessão plenária do CODESOC em 2009, onde anunciou-se bem disposto a financiar um grande projeto para dar visibilidade às contribuições das ciências sociais para a sociedade. Foi o ponto de partida para o *Programa de Pesquisa sobre a Sociedade Argentina Contemporânea* (PISAC), levado a cabo desde 2012 sob a direção do

CODESOC. O Programa envolve 50 faculdades de ciências sociais de universidades públicas e é financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Secretariado para Políticas de Ensino Superior (SPU).

O planejamento do PISAC colocava desafios imensos. Logo ficou claro que apenas um projeto não atenderia à ampla gama de objetivos científicos e institucionais em jogo. Ao invés disso, um programa de pesquisas pareceu ser o formato mais apropriado, reunindo pesquisadores jovens e experientes de todo o país em torno a um conjunto de ideias iniciais.

Desde o início do PISAC, deixamos claro que o programa não teria a ambição de fundar qualquer coisa, mas seria baseado na rica tradição das ciências sociais argentinas, as quais se expandiram e consolidaram desde 1983, quando o país retornou à democracia. Mas também tivemos que reconhecer uma série de dificuldades: fragmentação, assimetrias regionais e institucionais, uma tendência à “metropolização” dos temas de pesquisa e da explicação científica dos fenômenos sociais, além de dificuldades para fazer circular o conhecimento sociológico (dentro e fora da academia), e a tendência de as descobertas das ciências sociais permanecerem invisíveis – em particular os achados produzidos em contextos regionais ou institucionais mais “periféricos”.

Essa perspectiva crítica sobre o desenvolvimento das ciências sociais na Argentina acabou levando-nos a definir três linhas de pesquisa, compreendendo mais de dez projetos. O PISAC foi então organizado em três eixos fundamentais. É claro que o objetivo era produzir um retrato amplo da sociedade contemporânea de um ponto de vista multidisciplinar, de modo ao mesmo tempo teoricamente informado e empiricamente fundado. Mas também aproveitamos a oportunidade para examinar as condições científicas e sociais sob as quais as ciências sociais do país produzem conhecimento, assim como para compilar sistematicamente o conhecimento que já existe sobre a sociedade argentina, resultante de pesquisas anteriores.

O esquema pareceu ainda se encaixar nos quatro tipos de trabalho sociológico elencados por Michael Burawoy: crítico, profissional, público e orientado para formulação de políticas. O PISAC se relaciona com a sociologia crítica

>>

na medida em que buscou examinar como se faz pesquisa social na Argentina, de modo a revelar seus fundamentos e suas bases teóricas e epistemológicas, determinar seus compromissos com – ou críticas a – modelos hegemônicos de produção do conhecimento, e assim por diante. Mas o PISAC não deixa de ser sociologia profissional: preocupa-se com questões de pesquisa empíricas empregando métodos amplamente aceitos, publicando seus resultados em artigos científicos direcionados para uma audiência acadêmica. Ao mesmo tempo, o PISAC também se compromete com ir além do mundo acadêmico auto-referenciado: muitas de suas questões de pesquisa refletem as prioridades dos formuladores de políticas públicas, trabalhando-se junto com as instituições públicas e os movimentos sociais para proporcionar-lhes conhecimento especializado. Finalmente, o PISAC aproveita sua grane credibilidade para intervir nos debates públicos, contestando interpretações de senso-comum sobre a sociedade e denunciando estereótipos reproduzidos com frequência na mídia.

Como também nos preocupamos com as condições da produção de conhecimento, voltamos nossa atenção para o sistema nacional de ciências sociais, focalizando em questões como a distribuição geográfica das instituições científicas e de ensino superior, as trajetórias acadêmicas dos pesquisadores, agendas de pesquisa, publicações científicas e assim por diante. O artigo de [Fernanda Beigel](#) neste número do *Diálogo Global* reflete o projeto, ao analisar estilos contrastantes de produção (e circulação) do conhecimento na Argentina. Beigel também ressalta o abismo entre cientistas que se conformam às regras internacionais da ciência e aqueles que desenvolvem agendas mais endógenas.

Para sistematizar os achados de pesquisas anteriores, resolvemos priorizar seis tópicos amplos: estrutura social; condições de vida; Estado; governo e administração pública; diversidade social e cultural; consumo e práticas culturais. Cada tópico foi abordado por uma equipe multidisciplinar encarregada de analisar e sistematizar publicações acadêmicas relevantes, produzindo uma espécie de “revisão da literatura”; esse relatório agora estão disponíveis e uma versão de acesso aberto pode ser baixada da biblioteca digital do CLACSO em www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana e do sítio do PISAC em <http://pisac.mincyt.gob.ar>. O artigo de [Alejandro Grimson](#) também neste número do *Diálogo Global* mostra como descobertas de pesquisa desafiaram o retrato “oficial” da Argentina como um país social e culturalmente homogêneo. Conforme ele demonstra, a pesquisa social teve um papel importante para o desenvolvimento de uma imagem mais precisa de nossa sociedade diversa, assim como para tornar visíveis as lutas de uma multiplicidade de minorias sociais.

Finalmente, para produzir um retrato mais abrangente da Argentina atual, resolvemos fazer três enquetes de alcance nacional, com trabalho de campo em 339 cidades com

mais de 2.000 habitantes. Um estudo focado em estrutura social e condições de vida; um segundo direcionado para as relações sociais; e o terceiro sobre valores, atitudes e representações. Escolhemos essa abordagem metodológica por múltiplas razões. Por um lado, o financiamento à pesquisa até então privilegiou micro-bolsas espalhadas por muitas instituições e equipes de pesquisa, desencorajando projetos de grande escala. Por outro lado, uma forte inclinação para as abordagens qualitativas significou que os cientistas sociais do país quase abandonaram as análises quantitativas e estruturais. Uma vez que nossas pesquisas qualitativas (subfinanciadas) estudaram contextos sociais muito limitados, geralmente nas grandes cidades, as visões atuais sobre a sociedade argentina – até agora – tenderam a ignorar as evidentes heterogeneidades territoriais (assim como de outros tipos) do país.

Neste número do *Diálogo Global*, [Agustín Salvia e Berenice Rubio](#) discutem a primeira pesquisa, com ênfase nas estruturas de desigualdade e mobilidade, e nas condições de vida de grupos sociais específicos. [Gabriel Kessler](#) discute as diretrizes e os objetivos científicos da pesquisa sobre relações sociais, que cobre questões como capital social, sociabilidade, auto-identificação e barreiras sociais, relações sociais conflituosas, participação e ação coletiva – assuntos muito pouco tratados a nível nacional.

Agora que os resultados do PISAC começam a ser publicados, as ciências sociais da Argentina encaram dois novos desafios. Por um lado, estamos no meio de um novo ciclo político marcado pelo retorno das políticas neoliberais. Como em tantos outros países, isso já resultou em cortes no financiamento à pesquisa. Até agora, as novas autoridades apoiaram as iniciativas ligadas ao PISAC, providenciando o dinheiro necessário – entretanto, permanecem dúvidas sobre se o PISAC será institucionalizado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e se ele continuará a estimular a pesquisa social em grande escala.

Por outro lado, estamos assistindo a ascensão de discursos pós-verdade, sobretudo nas mídias sociais, que qualificam as ciências sociais como ideológicas, inúteis e portanto não-merecedoras de financiamento público. Do mesmo modo, quando altos funcionários públicos pronunciavam-se reiteradamente exaltando a pesquisa “aplicada” e o conhecimento “útil” ou “instrumental”, nada disso melhora a situação das ciências sociais (críticas).

Contudo, os resultados preliminares do PISAC têm recebido grande apoio de um amplo espectro de atores sociais e institucionais: cientistas sociais, universidades, organizações públicas, movimentos sociais, jornalistas, políticos e formuladores de políticas públicas. Apesar dos pesares, a recepção entusiástica aos resultados do PISAC deixa-nos otimistas a respeito do futuro da pesquisa sociológica na Argentina. ■

Contato com Juan Ignacio Piovani
<juan.piovani@presi.unlp.edu.ar>

> Mapeando as ciências sociais argentinas

Por **Fernanda Beigel**, Universidade Nacional de Cuyo, Argentina, e membro do Comitê de Pesquisa em História da Sociologia (RC08) da ISA



O Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica de Buenos Aires.
Foto de Juan Ignacio Piovani.

Ao longo dos últimos 40 anos, a geografia da ciência foi reconfigurada por um sistema de publicação que progressivamente estabeleceu uma linguagem e um estilo de escrita “universais”, bem como pela consolidação de um circuito dominante que proporcionou prestígio a um punhado de centros de excelência e a determinadas disciplinas, relegando à periferia comunidades científicas inteiras cujo trabalho não aparecia em revistas ligadas ao *Instituto de Informação Científica (ISI)*, agora chamado *Clarivate Analytics/Web of Science*.

Mas a criação de redes acadêmicas alternativas está atraindo cada vez mais atenção, bastando mencionar o movimento de acesso aberto e circuitos regionais de publicações científicas latino-americanas. Desde os anos 1960, as ciências sociais latino-americanas passaram por um processo de “regionalização” dos critérios de prestígio – sob a influência de centros regionais – e de “nacionalização”

das políticas científicas.

Fora desses circuitos internacionais, os circuitos locais incluem muitos periódicos não-indexados que são publicados apenas em papel. Eles têm circulação limitada, mas exprimem a persistência de espaços acadêmicos não-internacionalizados. Quais as dinâmicas desses campos científicos periféricos? Acredito que esses circuitos intelectuais diversos produzem orientações polarizadas, resultando numa elite acadêmica de “duas faces”, uma olhando para fora e outra olhando para dentro.

A conexão cada vez mais estreita entre avaliação e publicação acadêmica acabou por promover diferentes princípios de legitimação, à medida que diferentes circuitos de reconhecimento (todos válidos, mas com recompensas diversas) reestruturaram o campo científico nacional. A crescente segmentação dos circuitos intelectuais no sistema acadêmico mundial – e seu impacto sobre a posição de

>>

cientistas da periferia – não resulta somente da supremacia do idioma inglês; esses circuitos são alimentados por culturas avaliativas distintas e assimetrias estruturais. Um princípio hierarquizante tríplice – baseado em idioma de publicação, afiliação institucional e disciplina – formata as desigualdades acadêmicas.

A Argentina é um caso interessante para analisar os estilos de produção e a circulação. Nos últimos anos, houve grande aumento do financiamento público, assim como a consolidação de vários programas de doutorado e uma ênfase visivelmente “nacionalista” nos esquemas de concessão de bolsas e verbas de pesquisa. O número de pesquisadores em tempo integral triplicou na última década, subindo de 3.694 em 2003 para 9.236 em 2015. No mesmo período, contudo, o abismo entre os cientistas argentinos versados nos estilos dominantes de produção do sistema acadêmico mundial e aqueles com uma agenda mais endógena só se alargou.

A indexação de publicações estabelece recompensas diferenciadas em termos de reconhecimento. Para a agência nacional de pesquisa, o CONICET, publicações em periódicos internacionais (*mainstream*), indexados na *Web of Science* ou no *Scopus*, são altamente valorizadas. Entretanto, as áreas de ciências sociais, humanidades e as ciências agrárias no CONICET valorizam também publicações em revistas latino-americanas, indexadas no *SciELO* ou no *Latindex*. Nessa cultura de avaliação, o atestado de qualidade e originalidade deslocou-se na direção da indexação, do impacto ou do índice-h – isto é, de dados bibliométricos cuja relação com a qualidade é discutível.

Publicações em revistas nacionais ou locais, não-indexadas, são geralmente consideradas decisivas para fazer uma carreira docente em universidades não-metropolitanas. No sistema de ensino superior argentino, marcado por uma forte tradição de autonomia universitária e muito politizado, o circuito local de reconhecimento ainda é um espaço dinâmico, com centenas de revistas editadas localmente, em geral publicadas apenas em papel, onde os acadêmicos locais publicam seus trabalhos longe dos padrões internacionais. Esses trabalhos são de baixa qualidade? Dado não haver estudos sobre esses circuitos locais, não podemos presumir seu valor científico, mas essa orientação local claramente prevalece em muitas instituições, sobretudo nas ciências sociais.

Em meio a essas culturas de avaliação diversas (e mesmo opostas), os cientistas sociais argentinos com uma orientação local e aqueles que perseguem uma agenda internacional coexistem de modo conflitivo, tendo dois caminhos diferentes para as carreiras de pesquisa (uma no CONICET, outra nas universidades nacionais), bem como regulamentos divergentes de carreira nas 50 universidades nacionais do país.

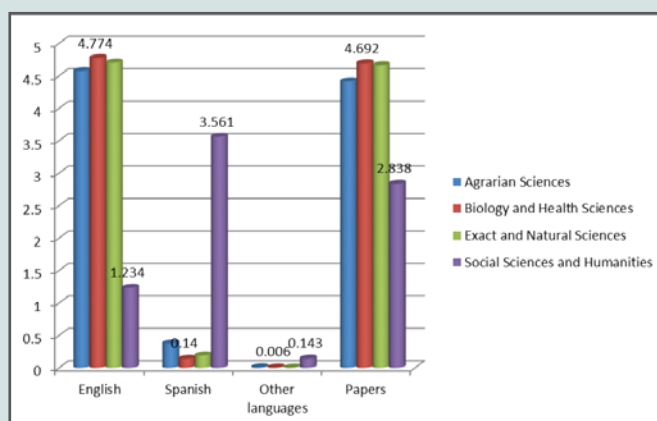
> As cinco “publicações mais importantes da carreira”

Quais as características da publicação entre os cientistas sociais que são pesquisadores no CONICET, onde os padrões internacionais são dominantes? Analisamos uma amostra de 4.842 indivíduos (de um total de 7.906) que se inscreveram para promoção e foram instados a apontar suas “cinco publicações mais importantes da carreira”. A amostra inclui mais da metade de todos os pesquisadores em atividade no CONICET em 2015, e é balanceada em termos de disciplinas, idade e hierarquia, incluindo assistentes, adjuntos, independentes, diretores e decanos. A instituição aceita inscrições para promoção uma vez por ano e as propostas são voluntárias.

É importante notar que os pesquisadores escolhem suas cinco “publicações mais importantes” com base naquilo que eles acham que pode impressionar as bancas de avaliação. Portanto, suas escolhas permitem compreender quais os consensos a respeito dos critérios de avaliação dentro das instituições. Em muitos casos, sobretudo nas ciências sociais e humanidades, essas publicações selecionadas não refletem o resto das publicações listadas no currículo do pesquisador.

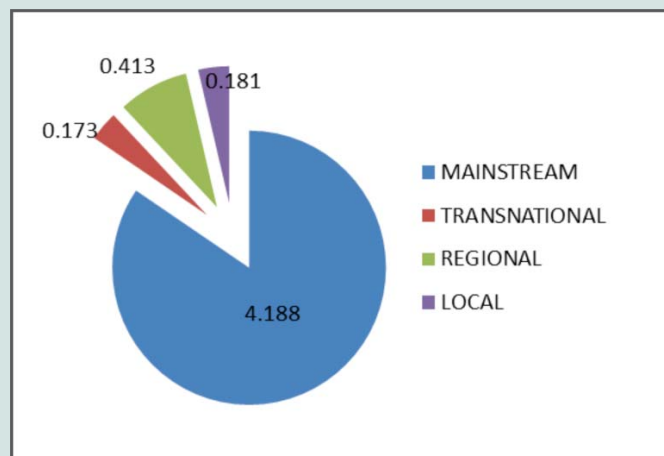
O banco de dados de publicações enviadas pelos acadêmicos incluídos na amostra compreende 23.852 itens, com título, tipo (livro, capítulo de livro, artigo, paper apresentado em evento, relatório técnico) e idioma. O idioma das cinco “publicações mais importantes da carreira” é altamente homogêneo: trabalhos em inglês são 4,02 a cada 5 (4,13 entre os homens e 3,91 entre as mulheres). A média é levemente inferior para a geração mais antiga (65-85 anos), mas a diferença é mínima, o que sugere que escrever em inglês é uma prática que já remonta a várias décadas na Argentina. Ainda em termos de predominância do idioma, se observarmos por áreas percebemos que a grande maioria das publicações em inglês estão nas ciências “exatas” (4,77 em média), enquanto nas ciências sociais e humanidades a média é de 1,23 a cada 5.

Figura 1: As Cinco Publicações Mais Importantes da Carreira por Área Científica em 2015 (n=23.852). Médias por Idioma e Tipo de Publicação (a Cada 5)¹



O tipo de publicação mostra um pouco mais de variação, com a prevalência de livros e capítulos de livros entre os acadêmicos mais velhos, bem como entre os cientistas sociais. Na coorte mais jovem (31-44 anos), entretanto, 4,4 a cada 5 “publicações mais importantes” são artigos, evidência que sugere que o “paper” está se tornando dominante em todas as áreas. O número médio de artigos entre os pesquisadores das ciências sociais e humanas é de 2,8 em 5. Infelizmente, não há estudos regionais ou nacionais sobre a publicação de livros acadêmicos.

Figura 2: Média das Cinco Publicações Mais Importantes em 2015, por Circuito (n=7,071)



Chama a atenção que a maioria dos 941 pesquisadores das ciências humanas e sociais incluídos na amostra trabalham em universidades nacionais ou em centros de pesquisa nos quais o CONICET colabora com universidades nacionais, como a Universidade de Buenos Aires (UBA). Em termos de formação, 33,7% deles fizeram o doutorado na UBA, o que é um pouco mais do que a média geral, e 43,5% se graduaram na UBA, bastante acima da média. Quanto ao gênero, 56% dos pesquisadores em ciências sociais e humanas são mulheres e, na média, 1,14 a cada 5 de suas “publicações mais importantes” são em inglês. Para os homens, a média de publicações em inglês é um pouco maior, 1,35 a cada 5. Comparando as disciplinas consideradas “feminizadas”, há muita variação no idioma utilizado, então o gênero não é um fator determinante nesse particular. Por exemplo, publicações sobre literatura aparecem majoritariamente em espanhol, enquanto as publicações em psicologia são em geral em inglês.

O que podemos inferir sobre a circulação das “publicações mais importantes da carreira” listadas por esses pesquisadores? Como se pode ver na Figura 2, 83% das publicações estão no circuito *mainstream*. Os outros 17%, por fora do circuito *mainstream*, correspondem a pesquisadores das ciências sociais e humanas (76%) ou são *papers* apresentados em conferências internacionais ou, ainda, registros de propriedade intelectual.

Para o CONICET as ciências sociais encaixam-se no padrão geral de avaliar a qualidade dos artigos com base na indexação ao invés da originalidade. Ainda que a área tenha menos publicações no circuito *mainstream*, a prioridade dada à indexação regional é notável. *SciELO*, *Latindex* e sistemas transnacionais como *DOAJ* e *Dialnet* são os repositórios onde a maior parte das publicações das ciências sociais e humanas são indexadas. As publicações na Argentina representam menos de 7% do total e muitas delas pertencem às ciências sociais e humanas. A tendência dominante nessas disciplinas é publicar principalmente em espanhol ou português em revistas latino-americanas indexadas no *Latindex*.

Em seus currículos completos, a maioria dos pesquisadores em ciências sociais e humanas mostra mais publicações locais do que internacionais, mas este estudo sobre as “publicações mais importantes da carreira” revela um consenso em formação no CONICET a respeito do que é trabalho científico prestigiado – embora o estudo não possa sugerir que essas crenças determinam completamente as carreiras de tais acadêmicos. O CONICET se expandiu muito país a fora e, portanto, critérios internacionalizados aparecem – em graus variáveis – em toda a comunidade científica argentina. Mas a distribuição do prestígio na academia argentina é um processo complexo, com diversos princípios de legitimação e circuitos de reconhecimento. ■

¹ Os dados apresentados nas duas figuras podem ser encontrados em Beigel, F. (2010) “Social Sciences in Chile (1957-1973). A laboratory for an autonomous process of academia-building” in Alatas e Sinha-Kerkhoff (orgs.) *Academic Dependency in the Social Sciences: Structural Reality and Intellectual Challenges*. Nova Délhi: Manohar, p. 183-212; e Beigel, F. (2016) “Peripheral Scientists, between Ariel and Caliban. Institutional Capital and Circuits of Recognition in Argentina. The ‘career-best publications’ of the researchers at CONICET” in *Dados* 59(4): 215-255..

Contato com Fernanda Beigel
<mfbeigel@mendoza-conicet.gob.ar>

> Diversidade social e cultural na Argentina

Por **Alejandro Grimson**, Universidade Nacional de San Martín, Argentina



Imigrantes bolivianos celebram a diversidade e simultaneamente protestam contra o racismo em relação aos imigrantes durante o Orgulho Gay de Buenos Aires, 2016. Foto de Federico Caruso.

Toda nação é mais heterogênea em questões socioculturais do que sua autoimagem geralmente sugere, mas a Argentina talvez seja um caso extremo. A maioria dos argentinos acredita que o Brasil tem mais pessoas pertencentes a povos indígenas do que a Argentina; mas, de fato, de acordo com o Censo Nacional de 2010, enquanto o Brasil contou com 850.000 pessoas que se identificaram como indígenas, a Argentina contou com 950.000 cidadãos indígenas autoidentificados – o que representa 0,4% da população brasileira versus 2,4% da população argentina.

Na Argentina, o estado construiu a autoimagem de uma sociedade europeia na América do Sul, como se o país inteiro (o oitavo maior da Terra) fosse uma réplica do centro de Buenos Aires. Mas, nas últimas décadas, essa imagem tem estado em crise. As exigências dos movimentos indígenas, dos novos cosmopolitismos, da fraqueza do estado e da aceitação gradual de perspectivas menos homogeneizadoras coincidiram com a ampliação da pesquisa em ciências sociais que desafia a autoimagem típica do país, como europeia, branca e geograficamente central. Mas os pesquisadores também evitaram tentar espremer essa diversidade em modelos globais associados ao multiculturalismo neoliberal.

> A narrativa tradicional: o europeísmo e o caldeirão cultural

A narrativa que descreve a Argentina como um “caldeirão cultural” decorre do projeto nacionalista do estado. De acordo com essa narrativa, os argentinos “desembarcaram de navios” (espanhol, italiano, polonês, etc.) – uma visão que

limita e naturaliza um caráter europeu branco predominante da população. Isso é complementado por uma aparente ausência de povos indígenas e afrodescendentes, como parte de uma visão hegemônica ligada à organização espacial do país, privilegiando um ponto de vista centralista e “porteño” (residente de Buenos Aires).

Assim como no Brasil, o suposto caldeirão cultural da Argentina não inclui povos indígenas e afroargentinos, mas apenas “raças” provenientes de nacionalidades europeias. Desde o final do século XIX, o estado argentino visava criar uma nação “civilizada” promovendo a imigração e o progresso econômico e desenvolvendo a educação pública. Esse projeto baseou-se na capacidade hipotética da imigração europeia de suplantir os hábitos culturais da população nativa – vista, da perspectiva dominante, como um obstáculo importante para o desenvolvimento.

A pressão do governo para construir uma nação etnicamente definida com uma cultura homogênea, juntamente com uma habilidade efetiva para gerar inclusão social, significava que toda variação ou particularidade era vista como negativa – ou, diretamente, levada à invisibilidade. Enquanto esse projeto de homogeneização foi bem-sucedido, a etnia era um tema político proibido, fortemente desencorajado pelas instituições.

Assim, a Argentina se desenvolveu com base em um pacto que fornece dois significados totalmente diferentes para a “igualdade”: a evasão ou a invisibilização de todas as diferenças étnicas, e a uniformidade cultural como pré-condição para acessar as promessas de cidadania.

Através desse pacto, todo argentino capaz de se unir às elites ou às classes médias urbanas foi “embranquecido”; qualquer pessoa poderia eventualmente escapar à discriminação. No entanto, uma divisão essencial excluiu grandes grupos de trabalhadores e seções populares, considerando-os pobres, “negros”, bárbaros e “imigrantes internos” – especialmente quando participavam de grandes eventos políticos. O oposto dessa barbárie era a civilização, considerada argentina, branca, europeia, educada.

Cerca de 56% da população atual tem alguma ascendência indígena, embora isso não signifique que eles hoje se identifiquem como indígenas. A Argentina negou muito a miscigenação, juntamente com a presença indígena e as heterogeneidades territoriais, religiosas e linguísticas, e grande parte da história política da Argentina decorre daquela matriz histórica de padronização e exclusão.

O modelo civilizador da Argentina foi intensamente binário, e a autoimagem social dicotômica da Argentina permaneceu tão forte que continua a permear os “hábitos do coração” do país, incluindo a política. Branco ou preto; civilização ou barbárie; capital ou províncias; *peronistas* (apoiadores do Partido Peronista) ou *antiperonistas*.

> Racismo e classismo

A Argentina é um caso de “racismo sem racistas”. De acordo com um antigo mito: “Na Argentina não há racismo ... porque não há negros”. Embora existam muito poucas pessoas de ascendência africana, as expressões “negro” ou “negro de alma” são frequentemente usadas para se referir, desdenhosamente, aos pobres, aos residentes das favelas, a trabalhadores sindicalizados, a manifestantes de rua, a torcedores do time de futebol Boca Juniors ou a peronistas.

No entanto, nenhum partido político ganhou votos através de uma campanha abertamente racista ou xenófoba. Os argentinos não são todos racistas, nem todas as atitudes racistas são idênticas; O racismo contra os imigrantes dos países vizinhos difere do racismo contra os migrantes mais escuros das províncias (“*el interior*”), contra os afrodescendentes (particularmente os recém-chegados do Senegal), ou contra imigrantes asiáticos e outros grupos. Além disso, o racismo geralmente cruza com o classismo, com a expressão “negro” servindo frequentemente como sinônimo de “pobre”.

Estudos sociais mostram que, embora o racismo e o classismo tendam a ser concentrados em áreas dominadas por pessoas brancas com altos padrões de vida, essas atitudes são frequentemente incorporadas na linguagem das classes populares. Pior ainda, a palavra “negro” também é usada na vida cotidiana para expressar proximidade e carinho, entre amigos, filhos e pais ou casais. “*Che, negro*” é uma expressão amorosa usada informalmente quando se dirige a um querido amigo.

> Heterogeneidades regionais, linguísticas e religiosas

A sociedade argentina é profundamente heterogênea nas crenças, práticas, rituais e identificações. No entanto, a cultura de uniformidade prescritiva e hegemônica não só ignora a realidade das diferentes situações regionais e provinciais do país, como também minimiza as produções socioculturais – artísticas e científicas – que questionam a aparente homogeneidade.

A autoidentificação da Argentina baseia-se fortemente na ideia de ser católica e de língua espanhola. A realidade, no entanto, é mais complexa. As línguas indígenas como Kichwa e Guaraní são faladas em algumas províncias, o chinês e o coreano foram introduzidos por imigrantes e ganharam visibilidade a partir da década de 1980, e diferentes influências – particularmente devido à extensa imigração espanhola e italiana – deixaram vestígios nas variadas formas em que o espanhol é falado em todo o país, com diferentes palavras, expressões idiomáticas, sotaques, e assim por diante. A diversidade religiosa é igualmente complexa; enquanto muitos povos indígenas experimentaram a conversão ao cristianismo, algumas

crenças indígenas continuam a moldar as identidades, muitos argentinos hoje praticam o judaísmo, várias religiões protestantes, religiões afrobrasileiras, islamismo, budismo e espiritismo.

> A diversidade sociocultural e futuro da Argentina

A menos que os argentinos comecem a prestar mais atenção à diversidade de seu país, os estágios críticos que qualquer país pode passar - que parece cíclico na Argentina - podem produzir discursos e práticas discriminatórias, traduzindo diferenças em uma hierarquia de moralidade, prestígio e direitos. Ao longo de décadas, assumiu-se que a única pronúncia correta era a de Buenos Aires, enquanto todos os outros sotaques eram considerados marcas de inferioridade.

Hoje, como um país de imigrantes, os argentinos acolhem os “novos imigrantes” para o trabalho, mas os rejeitam nas interações sociais diárias. Esses “novos imigrantes” são dificilmente “novos”: o foco principal da discriminação tem sido pessoas que vêm de países vizinhos, como a Bolívia e o Paraguai, cuja presença foi estável na Argentina a partir do censo nacional de 1869: nunca menos de 2% e nunca mais do que 3.1% da população. As crianças argentinas desses imigrantes são frequentemente tratadas como bolivianas

– uma palavra que também é comumente usada para se referir a imigrantes do Noroeste e mesmo a pessoas pobres em geral.

Esse fenômeno expandiu-se rapidamente desde a década de 1990, quando o desemprego cresceu primeiro para 15%, e depois atingindo 23%. Essas ideias sobre os imigrantes que chegam para “roubar empregos” são bem conhecidas em muitas sociedades, mas a Argentina é atípica: a crise econômica de 2002 reduziu abruptamente a xenofobia e, de fato, em 2004, uma lei que fortaleceu os direitos dos imigrantes foi aprovada por unanimidade. Pesquisas sugerem que o racismo e o classismo profundos permanecem, gerando uma forma de racismo social, mas sem expressões políticas xenófobas.

No entanto, cada vez que o desemprego aumenta durante uma recessão, discursos discriminatórios tendem a ganhar influência e relevância nos espaços públicos. Enquanto a diversidade apenas desestabilizar a autoimagem tradicional da Argentina como europeia, e não a substituir por uma visão mais democrática, inclusiva e intercultural, as injustiças raciais e de classe persistirão. ■

Contato com Alejandro Grimson <alegrimson@gmail.com>

> Desigualdade social

na Argentina contemporânea

Por **Agustín Salvia** e **Berenice Rubio**, Universidade de Buenos Aires, Argentina



Bairros ricos e pobres em Buenos Aires. Foto de Juan Ignacio Piovani.

A maioria das sociedades latinoamericanas é marcada por subdesenvolvimento e desigualdades. Em meados do século XX, no entanto, a sociedade argentina parecia ilustrar uma alternativa: alta urbanização, pleno emprego, saúde e educação universal, industrialização intermediária avançada e uma classe média extensa – uma sociedade relativamente integrada com desigualdade moderada e muita mobilidade social.

>>

Mas essa sociedade mudou drasticamente, tendo que abandonar seu desejado futuro de progresso. Na verdade, particularmente no final do século XX, no contexto de reformas estruturais neoliberais, a sociedade argentina não pôde evitar a armadilha do subdesenvolvimento: a liberalização econômica, a abertura comercial e a flexibilização financeira resultaram em instabilidade, aumento do desemprego, pobreza e marginalidade social, com deterioração da saúde pública, da educação e da proteção social.

Esses processos produziram uma sociedade marcada por profundas desigualdades, conflitos internos e agitação social, um ciclo que produziu a crise econômica, social e política de 2001-2, a mais profunda da história moderna argentina.

Em contraste, a primeira década do século 21, ajudada por um contexto internacional favorável, provou que era possível uma recuperação econômica, ocupacional, social, política e institucional. Mas esse período não durou muito: a economia estagnou e a fragmentação estrutural da sociedade tornou-se mais evidente. Até 2015, a sociedade argentina incluiu várias camadas diferentes de segmentos marginalizados, pobres e excluídos. Cerca de 30% da população poderia ser considerada pobre, com 6% vivendo em pobreza extrema, incapaz de pagar por alimentos adequados para sua família. A pobreza foi exacerbada pela extensa marginalidade urbana: 35% dos domicílios não possuem esgotos, 20% não têm água corrente e 15% residem em habitação precária.

Em resposta a essas condições sociais empobrecidas, diferentes leituras oscilaram entre a negação, o chauvinismo e a vitimização. Muitas vezes, os argentinos imaginam que vivem em uma sociedade homogênea, coesa, integrada e meritocrática, uma imagem mítica estereotipada promovida pelo estado durante o processo de construção da nação e, mais tarde, reforçada pelo desenvolvimento de um meio urbano de classe média relativamente abastada. Mas muitos outros argentinos acreditam que vivem em um dos países mais pobres e desacreditados do mundo, com os piores problemas sociais, políticos e econômicos do mundo.

Essas imagens contrastantes – de um passado glorioso e de um presente decadente – permeiam o senso comum, bem como a mídia e o discurso político. Nesse contexto, a ENES (Pesquisa Nacional da Estrutura Social) argentina, um dos principais projetos do Programa Nacional de Pesquisa em Sociedade Contemporânea (PISAC), está explorando dois processos bem relacionados: as estruturas das desigualdades sociais; e as condições de vida da população, grupos vulneráveis e segmentos sociais específicos. Uma vez que a Argentina não possui estatísticas sociais sólidas ou estudos estruturais abrangentes da sociedade, a ENES tem dado uma grande contribuição, produzindo dados primários e investigando questões-chave como

estratificação e a mobilidade social, moradia, condições de vida e estratégias sociais reprodutivas de diferentes regiões, setores e grupos sociais. Igualmente importante, a ENES ajudou a construir uma imagem empírica da sociedade, desafiando autorrepresentações estereotipadas e míticas.

De fato, os dados mostram que a atual estrutura social da Argentina é heterogênea, desigual e fragmentada. No topo, uma elite política e econômica composta por famílias tradicionais e uma nova burguesia que representa menos de 3% da sociedade. Abaixo desse pináculo, uma classe média alta que inclui diretores corporativos, profissionais, empresários, produtores agrícolas e comerciantes de médio porte, bem como técnicos qualificados e funcionários dos setores mais dinâmicos da economia. Juntamente com a elite, esses segmentos constituem cerca de um terço da sociedade. Esses setores sociais são fortemente integrados à cultura ocidental, com níveis de educação, qualidade de vida e padrões de consumo semelhantes aos da classe média do sul da Europa. A maioria desses indivíduos está concentrada na Cidade de Buenos Aires e subúrbios adjacentes, nas principais cidades dos Pampas centrais e nos bairros fechados das capitais provinciais.

Em seguida, outros 33% da população constituem uma classe média estagnada ou classe média baixa, um estrato incluindo empregadores de pequenos estabelecimentos, trabalhadores e funcionários com qualificações médias ou baixas, pensionistas aposentados e alguns profissionais independentes. Embora tenham renda acima da linha de pobreza e alguma estabilidade no trabalho (incluindo, principalmente, uma afiliação através do trabalho ao sistema de segurança nacional), esse grupo exibe pouca ou nenhuma mobilidade social, e os indivíduos são altamente vulneráveis a recessões econômicas e mudanças tecnológicas. À medida que os serviços públicos se deterioraram, os indivíduos dessa classe média baixa geralmente buscam acesso ao transporte, aos serviços de saúde e à educação privados para que possam melhorar sua qualidade de vida – embora esses esforços geralmente não tenham sido bem-sucedidos.

Por fim, na base da pirâmide, os 33% finais dos argentinos combinam diferentes camadas: a antiga classe média empobrecida, os novos pobres e os excluídos. Geralmente, esse estrato inclui trabalhadores independentes não qualificados, trabalhadores assalariados informais em microempresas, trabalhadores rurais ou pequenos produtores agrícolas de regiões periféricas. Geralmente, sua renda vem de empregos instáveis ou ocasionais, e de programas de assistência social. Esses são os principais usuários de serviços públicos de educação e saúde de baixa qualidade e com infraestrutura degradada. Eles tendem a viver em subúrbios decadentes, ou em grandes projetos de habitação pública, particularmente no Nordeste e no Noroeste da Argentina.

Nesse último grupo, muitas famílias experimentam privação severa, déficits de infraestrutura e riscos ambientais. Além disso, a maioria dos trabalhadores desempregados do país (9%) e informais (30%) pertencem a esse segmento. Esse segmento inclui os 45% dos jovens que não terminaram o ensino médio, bem como os 15% dos trabalhadores infantis e os 8% das crianças que sofrem insegurança alimentar severa. Além disso, as mulheres dessas famílias sofrem a mais difícil exclusão econômica, social e cultural, muitas vezes deixando a escola após apenas alguns anos por causa de responsabilidades domésticas ou para trabalhar no mercado de trabalho informal.

Uma equipe de pesquisadores multi-institucional está atualmente analisando os dados produzidos pela ENES, compilando o que pode ser a narrativa mais abrangente da sociedade argentina contemporânea até agora. À medida que essas análises são concluídas, revelam a heterogeneidade profunda e a desigualdade de nossa sociedade, destacando as variadas experiências de pobreza e atrasos sociais relacionados aos argentinos. As descobertas também desafiam os difundidos discursos neoliberais, penetrantes na Argentina e na região, que tendem a descrever as conquistas sociais como resultado do esforço individual dentro de uma sociedade meritocrática e, por sua vez, atribuir a pobreza ao fracasso individual. Ao analisar as condições de vida frágeis e a estrutura de oportunidade desequilibrada da sociedade argentina, nossos dados demonstram a maneira como as entrelaçadas formas de desigualdade se concentram em certas regiões e entre

certos grupos sociais, em uma estrutura social bastante rígida da qual apenas poucos podem escapar.

Usando uma amostra, incluindo mais de 8.000 famílias e mais de 27.000 pessoas em 339 cidades acima de 2.000 habitantes, em todas as províncias do país, as descobertas da ENES mostram quão diversas formas de desigualdade - classe, gênero, idade, região de residência, meio ambiente, nível de escolaridade, etc. - se cruzam. Os dados fornecem uma imagem complexa da sociedade, permitindo generalizações a nível regional, bem como comparações inter-regionais, e oferecendo insights sobre lacunas sociais internas e heterogeneidades que foram obscurecidas por estudos anteriores que se concentraram apenas nos maiores centros urbanos.

Esse tipo de estudo nos permite compreender melhor a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais na Argentina. Ao apresentar nossas descobertas não só no âmbito da academia, mas também na opinião pública, esperamos provocar um debate democrático sobre como avançar. Esperamos que as informações científicas que recolhemos irão enriquecer e envolver debates públicos, desafiando discursos sociais reducionistas e simplistas e contribuindo para a construção de políticas públicas que possam abordar as questões sociais acumuladas da Argentina. ■

Contato com:

Agustín Salvia <alegrimson@gmail.com>

Berenice Rubio <beer.rubio@gmail.com>

> Explorando o capital social na Argentina

Por **Gabriel Kessler**, Universidade Nacional de La Plata, Argentina, e membro dos Comitês de Pesquisa de Futuras Pesquisas da ISA (RC07), Estratificação Social (RC28) e Psicologia Social (RC42)



Um grupo de jovens bailarinas atua durante o Dia da Lembrança da Verdade e da Justiça em 2016, marcando o 40º aniversário do golpe militar. Milhares de argentinos participam ativamente de manifestações públicas, particularmente a favor dos direitos humanos.

Foto de Juanjo Domínguez.

Como são as relações microsociais da Argentina? Como elas variam dentro do país, e como a Argentina se compara a outras regiões do mundo? Como elas são influenciadas pelo passado argentino e por seu período neoliberal mais recente? A *Pesquisa Nacional sobre Relações Sociais* (ENRS) do PISAC (*Programa Nacional de Pesquisa Argentino sobre a Sociedade Contemporânea*) explorará essas questões, com foco no capital social, sociabilidade, auto-identificação e barreiras sociais, tensões, participação e ação coletiva. Considerando sua cobertura e tópicos geográficos, essa pesquisa é a primeira de seu tipo, por isso fornecerá novas informações para a Argentina e poderá servir como estrutura para pesquisas de outras nações latino-americanas.

Os estudos anteriores na Argentina concentraram-se em redes e capital social a partir de uma perspectiva tradicional, analisando redes de apoio social entre os setores mais desfavorecidos, por exemplo após a crise de 2001. Ao projetar a ENRS, nos fundamentamos em estudos internacionais, na esperança de permitir comparações, mas também ajustando indicadores para refletir as características locais. Na sequência de recentes testes experimentais bem-sucedidos (tanto qualitativos como quantitativos), o

nosso trabalho de campo está previsto para novembro de 2017. Aqui apresentamos as principais ideias e hipóteses subjacentes a essa abrangente pesquisa das relações microsociais na Argentina.

Como as redes individuais das pessoas são diferentes em diferentes grupos sociais? Podemos encontrar padrões e regularidades – e, em caso afirmativo, quais são esses padrões? Para responder a essas perguntas, usamos um gerador de “nomes”, permitindo-nos reconstruir as redes sociais pessoais dos entrevistados. Uma questão fundamental é determinar os traços deixados pela sociedade argentina mais coesa do passado e a recente fase neoliberal (como [Salvia e Rubio](#) descrevem esta questão, GD7.4). Em particular, nos perguntamos se as redes sociais das pessoas idosas podem ser mais heterogêneas do que as das gerações mais jovens, cuja socialização se formou em uma sociedade mais fragmentada. Por outro lado, nos países desenvolvidos assim como na América Latina, a evidência internacional tende a demonstrar que à medida que avançamos na estrutura social, as redes pessoais envolvem mais parentes e relações espacialmente mais próximas. Nossa hipótese é que outros critérios de diferenciação – como afiliação política, afinidades culturais e de consumo – se sobrepõem

às divisões da classe. As mudanças nas relações de gênero também são importantes, e esperamos encontrar mais diversidade nas redes das mulheres mais jovens, dada a sua crescente participação em todas as esferas da vida social. Também tentaremos verificar se o envolvimento intensivo dos jovens no mundo virtual influencia suas redes para além da Internet. A pesquisa também explorará as diferenças entre as regiões mais modernas e tradicionais do país.

O que entendemos por capital social? E como pode ser medido? Esse é o tema do segundo módulo da pesquisa. Consideramos seriamente o conceito de capital social, definindo-o em termos de relações e recursos. Na verdade, nem todas as relações têm o mesmo “valor”, pois seu “valor” é criado pela quantidade e qualidade dos recursos que elas são capazes de mobilizar. No auge da era neoliberal, as organizações multilaterais pareciam ter “esquecido” isso; muitos políticos assumiram que os pobres poderiam transformar relações sociais próximas (que chamavam de “capital social”) para superar situações críticas, sem considerar que a falta de recursos de seus familiares desafiava a própria ideia de capital.

Na América Latina, duas ideias opostas coexistem em torno desta questão. Por um lado, a perspectiva clássica da economia moral (ligada ao trabalho pioneiro da antropóloga chilena Larissa Lomnitz na década de 1970) afirmou que os setores sociais são incapazes de satisfazer suas necessidades através do mercado ou das redes de construção do estado para sobreviver. Portanto, com maior marginalidade, seria de esperar redes de subsistência mais fortes. Por outro lado, com base na ideia de desfiliação de Robert Castel, a exclusão do mercado de trabalho correlacionada com a deterioração social tornou-se amplamente aceita durante o neoliberalismo. A exclusão do trabalho também prejudica as relações microsociais, em vez de fortalecê-las. Nossa hipótese é que ambas as explicações podem ser válidas entre os setores sociais mais desfavorecidos, de modo que o desafio será explicar por que encontramos desfiliação em alguns casos e fortalecimento das redes sociais em outros.

Também exploraremos os links entre redes e recursos: o que circula, entre quem, e de que maneira. As trocas incluem bens, contratos de trabalho, cuidados, conselhos e apoio de vários tipos. Esperamos entender as diferenças nos recursos trocados por grupos sociais diferentes. Além disso, estamos interessados em explorar como circula o dinheiro: empréstimos, presentes, pagamentos feitos por terceiros, etc. Esperamos examinar o que é dado e o que é recebido, para que possamos mapear a circulação e a reciprocidade. Aqui novamente, tomamos a sério a ideia do capital social enquanto buscamos o “contato de ouro”, ou seja, qualquer relação que esteja em uma posição privilegiada devido ao poder, ao dinheiro e/ou aos contatos sociais, e quem poderia ter feito algum tipo de favor especial em momentos-chave.

E quanto a diferentes formas de sociabilidade? Essa é a questão do quarto módulo, que se concentra em amizade,

família e contatos mais expressivos, cara a cara ou virtual, onde nem capital nem troca estão em jogo. Também estamos interessados no tipo de relacionamento e na frequência de contato que vários grupos sociais têm com seus parentes.

No que diz respeito ao mundo virtual, esperamos descobrir que longe de levar a uma diminuição da sociabilidade, as relações virtuais e as relações cara a cara se reforçam, particularmente entre os jovens. Mas como a Argentina é um país com intensa vida social urbana, também nos preocupamos com os lugares onde a sociabilidade é praticada, e com os espaços de encontro. Além disso, exploramos ligações com pessoas de outros países, hipótese de que estas serão mais fortes entre a população migrante e as classes altas, devido às suas conexões internacionais. A amizade é um valor vital na sociedade argentina; estamos interessados em determinar como ela se origina e em quais espaços, levando em consideração diferentes esferas de socialização.

O módulo sobre auto-identificação e barreiras sociais explora as formas de auto-identificação e sua associação com a construção de redes. Nesse sentido, esperamos determinar quais preconceitos e estereótipos servem como barreiras quando se trata de estabelecer redes relacionais. Além disso, uma vez que os conflitos fazem parte das relações microsociais, a pesquisa examinará as relações problemáticas e os tipos de conflito, incluindo todas as formas de violência e agressão.

Por último, mas não menos importante, também examinaremos as organizações às quais diferentes pessoas pertencem, o tempo que elas investem e as atividades que realizam, como forma de investigar a participação. Em geral, estudos anteriores sugeriram que o nível de participação organizacional é bastante baixo, por isso estamos interessados em perguntar se as mídias sociais mudaram isso, e na compreensão de formas de participação muito específicas e descontínuas que podem ter sido ignoradas por pesquisas tradicionais.

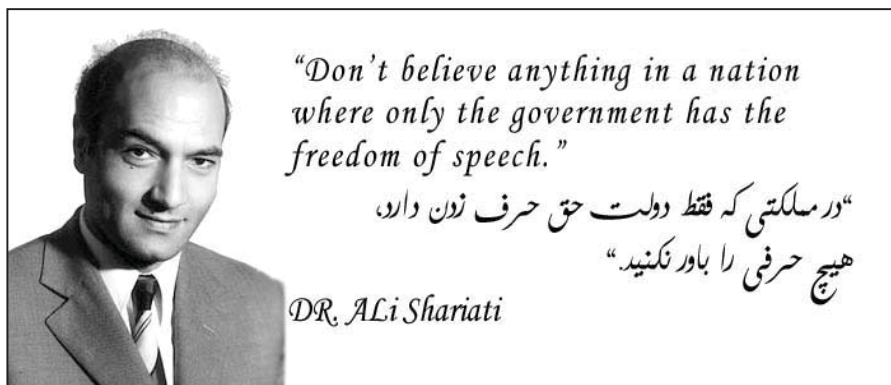
Essas são apenas algumas das dimensões e problemas que a ENRS tentará capturar. Juntamente com os outros projetos da PISAC, esperamos desenvolver, pela primeira vez, um retrato profundo da sociedade argentina. Isso nos permitirá não só conhecer melhor a nossa sociedade, mas também nos envolver mais ativamente nas discussões internacionais atuais dentro da sociologia. Não menos importante, esperamos que a pesquisa sirva de base para um renovado envolvimento nos debates públicos e para um maior empenho no desenvolvimento de políticas públicas informadas pelo conhecimento das ciências sociais. ■

Contato com Gabriel Kessler <gabriel_kessler@yahoo.com.ar>

> Ali Shariati,

Um esquecido sociólogo do Islã

Por **Suheel Rasool Mir**, Universidade da Caxemira em Srinagar, Índia



Ali Shariati.

Ali Shariati (1933-1977) é amplamente considerado como o Voltaire da Revolução Iraniana de 1979. Ele nasceu em uma família religiosa, completou seu doutorado em 1963 na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Sorbonne, e morreu na Inglaterra em 1977. Em Paris, Shariati leu com entusiasmo obras do pensamento e da filosofia sociopolítica ocidental e foi altamente influenciada por Karl Marx, Jean-Paul Sartre, Georges Gurvitch, Frantz Fanon e Louis Massignon. Ele era amplamente admirado no Irã pré-revolucionário, onde era considerado um *enfant terrible* periférico – um “problemático marxista islâmico” que precisava ser silenciado. Sua singularidade reside na forma como ele fundiu a religião com outros legados intelectuais.

O Dr. Ali Shariati foi um dos muitos intelectuais muçulmanos que procuraram fornecer respostas aos problemas enfrentados pelos muçulmanos no mundo moderno e dominado pelo Ocidente. Em sua opinião, uma nova reorientação cultural que reconhecesse a ação

individual e a autonomia poderia ajudar as sociedades muçulmanas a superar as causas estruturais de sua estagnação e subdesenvolvimento. No seu discurso anticolonialista, Shariati sublinha o papel da religião na sociedade libertadora. Ecoando Frantz Fanon em seu chamado para um “homem novo”, Shariati pediu um “novo pensamento”, uma “nova humanidade” e uma modernidade mais humana que não procurasse transformar o Terceiro Mundo em outra Europa, Estados Unidos ou União Soviética.

Como um dos mais influentes pensadores muçulmanos do século XX, Ali Shariati teve um papel importante na articulação de um discurso religioso de mudança radical, social e política no Irã nos anos 1960 e 1970. Por esse motivo, muitos acadêmicos vêem Shariati como um defensor do islamismo político. Enxergar o papel e a função da religião em um contexto sociológico, de acordo com Max Weber e Emile Durkheim, foi uma das principais fontes de separação entre Shariati e o *ulama*. Uma parte muito grande do trabalho de Shariati está interessada

no marxismo. Ele usou conceitos marxistas como o determinismo histórico e a luta de classes para “re-interpretar” o Islã. Esse “marxismo teológico” ou “marxismo teologizado” é a contribuição intelectual mais inovadora da Shariati. Para ele, uma versão reestruturada do islamismo era necessária para ter sucesso onde o marxismo parecia ter falhado.

Na visão de Shariati, a religião como *movimento* é uma escola moderna de pensamento/ideologia e a religião como *instituição* é uma coleção de dogmas. Em *Religion against Religion*, Shariati acusou o clero de controle monopolista sobre a interpretação do Islã no intuito de criar um despotismo clerical; em suas palavras, seria a pior e mais opressiva forma de despotismo possível na história humana, a “*mãe de todo despotismo e ditadura*”. O próprio Shariati ressaltou enfaticamente essas diferenças: “*A religião tem dois aspectos; um é antagonista ao outro. Por exemplo, ninguém odeia a religião tanto quanto eu, e ninguém tem tanta esperança na religião quanto eu*”. Shariati conseguiu produzir uma religião leiga radical que se desassociou do clero tradicional

e se associou à trindade secular da revolução social, inovação tecnológica e autoafirmação cultural.

Shariati acreditava que a mudança social seria bem-sucedida se os pensadores iluminados, a intelectualidade, percebessem a verdade de sua fé. Essa intelectualidade, argumentou Shariati, seria a consciência crítica da sociedade e seria responsável pelo lançamento do renascimento e da reforma da sociedade. Como tal, o jovem Shariati favoreceu o conceito de democracia “comprometida/guiada”. Em *Community and Leadership*, ele defendeu a ideia de “democracia comprometida/guiada”, o que significa que os intelectuais são obrigados a aumentar a consciência pública e orientar a opinião pública no período de transição após a revolução. Sendo um ativista social, ele sempre transmitiu a mensagem da justiça social e tentou criar sociedades

baseadas no igualitarismo. Para Shariati, as democracias existentes são minimalistas. O maximalismo de Shariati exige uma democracia radical.

As fortes inclinações igualitárias de Shariati e a crítica constante à desigualdade de classes o tornaram um pensador socialista. No entanto, para ele, o socialismo não é apenas um modo de produção, mas um modo de vida. Ele criticava o socialismo de estado que adorava a personalidade, o partido e o estado e propôs um “socialismo humanista”. Segundo Shariati, a legitimidade do estado deriva da razão pública e da livre vontade coletiva do povo. Para ele, a liberdade e a justiça social devem ser complementadas com a espiritualidade moderna. Sua trindade de liberdade, igualdade e espiritualidade é uma nova contribuição para a ideia de uma “modernidade alternativa”.

O legado de Shariati e seus seguidores contemporâneos contribuiu para a desconstrução dos falsos binários do Islã/modernidade, Islã/Ocidente e Oriente/Ocidente. Ao defender uma terceira via entre esses dois extremos, o pensamento de Shariati encontra um terreno comum com outros reformistas contemporâneos, incluindo o liberalismo islâmico de Abdolkarim Soroush e Abdullahi Ahmed An-Na'im. As contribuições de Ali Shariati para a sociologia tomam como premissa o contínuo domínio da civilização ocidental nas sociedades não-ocidentais. Muitos de seus escritos são tão relevantes e úteis no mundo contemporâneo quanto eram quando foram escritos pela primeira vez. ■

Contato com Suheel Rasool Mir
<mirsuhailscholar@gmail.com>

> A edição chinesa do *Diálogo Global*



Jing-Mao Ho.

Jing-Mao Ho juntou-se ao *Diálogo Global* em 2010, quando era assistente de pesquisa de Dung-Sheng Chen, renomado Professor de Sociologia na Universidade Nacional de Taiwan. O Dr. Chen supervisionou o trabalho de tradução e edição nos primeiros anos (ocasionalmente junto com Mau-Kuei Chang, pesquisador de sociologia da Academia Sinica, Taiwan). Jing-Mao Ho tem gostado muito e aprendido muito ao traduzir o *Diálogo Global* do inglês para o chinês, tradicional e simplificado, desde o Volume 1, Número 1. Ele é agora um candidato ao doutorado em Sociologia na Universidade de Cornell, EUA, depois terminar um mestrado em Ciência da Computação e um mestrado em Sociologia pela Universidade Nacional de Taiwan. Sua dissertação de mestrado sobre as lutas simbólicas dos intelectuais públicos foi premiada com o Prêmio de Melhor Dissertação de Mestrado pela Associação Sociológica de Taiwan. Sua tese de doutorado tem uma abordagem comparativa e histórica para examinar a relação entre as estatísticas e a construção do Estado-Nação. Ele também está conduzindo pesquisas mais amplas sobre temas de sociologia política, ciência e estudos de tecnologia, sociologia transnacional, metodologia quantitativa, e teoria. ■

Contato com Jing-Mao Ho
<hojingmao@gmail.com>